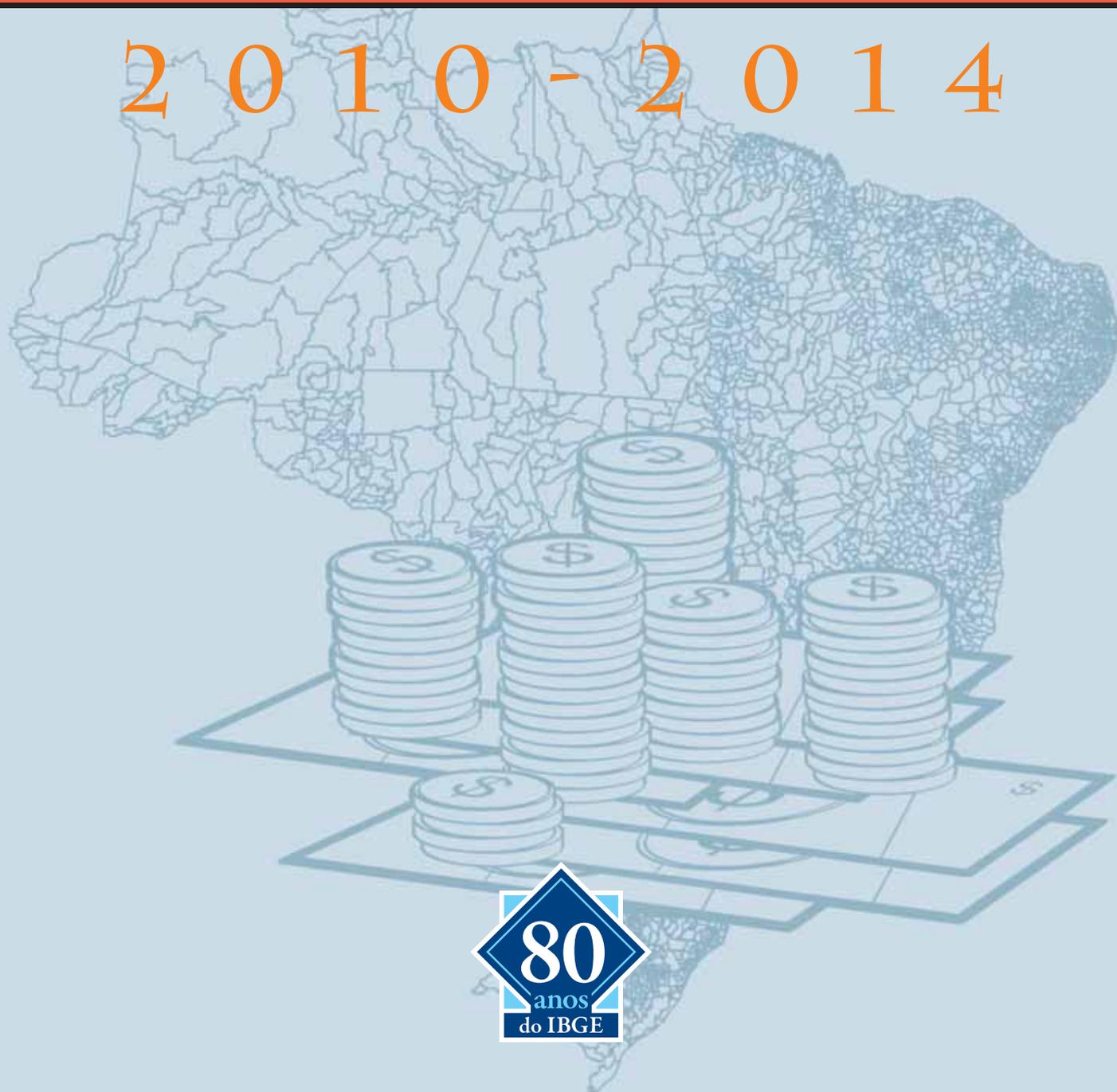


CONTAS NACIONAIS  
número 54

# PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS

2010 - 2014



Presidente da República  
**Michel Miguel Elias Temer Lulia**

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
**Dyogo Henrique de Oliveira** (interino)

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente  
**Paulo Rabello de Castro**

Diretor-Executivo  
**Fernando J. Abrantes**

### ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas  
**Roberto Luís Olinto Ramos**

Diretoria de Geociências  
**Wadih João Scandar Neto**

Diretoria de Informática  
**José Sant'Anna Bevilaqua**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Maysa Sacramento de Magalhães**

### UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais  
**Rebeca de La Rocque Palis**

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**  
Diretoria de Pesquisas  
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais  
número 54

# **Produto Interno Bruto dos Municípios**

2010-2014

Rio de Janeiro  
2016

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1415-9813 **Contas Nacionais**

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais relativos às Tabelas de Recursos e Usos; Contas Econômicas Integradas; Contas Regionais do Brasil; Produto Interno Bruto dos Municípios; Matriz de Insumo-Produto; e Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo.

ISBN 978-85-240-4404-5 (meio impresso)

© IBGE. 2016

**Produção do e-book**

Roberto Cavararo

**Capa**

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

---

Produto interno bruto dos municípios : 2010-2014 / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016.  
79 p. – (Contas nacionais, ISSN 1415-9813 ; n. 54)

Inclui bibliografia e glossário.  
ISBN 978-85-240-4404-5

1. Produto interno bruto - Brasil. 2. Produto interno bruto –Tabela 3. - Brasil - Municípios. I. IBGE. Coordenação de Contas Nacionais. II. Série.

**Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais**  
RJ/IBGE/2016-31

CDU 330.552(81-21)  
ECO

---

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

---

# Sumário

## **Apresentação**

## **Introdução**

## **Análise dos resultados**

Síntese dos resultados nacional e regional

Produto Interno Bruto dos Municípios

## **Tabelas de resultados**

**1** - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014

**2** - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014

**3** - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014

**4** - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto *per capita* e população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014

## **Referências**

## Apêndices

1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios

2 - Índice de Gini, por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2014

## Glossário

### Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

---

# Listas

## **Siglas das Unidades da Federação**

RO - Rondônia

AC - Acre

AM - Amazonas

RR - Roraima

PA - Pará

AP - Amapá

TO - Tocantins

MA - Maranhão

PI - Piauí

CE - Ceará

RN - Rio Grande do Norte

PB - Paraíba

PE - Pernambuco

AL - Alagoas

SE - Sergipe

BA - Bahia

MG - Minas Gerais

ES - Espírito Santo

RJ - Rio de Janeiro

SP - São Paulo

PR - Paraná

SC - Santa Catarina

RS - Rio Grande do Sul

MS - Mato Grosso do Sul

MT - Mato Grosso

GO - Goiás

DF - Distrito Federal

## Municípios das Capitais

Porto Velho/Rondônia

Rio Branco/Acre

Manaus/Amazonas

Boa Vista/Roraima

Belém/Pará

Macapá/Amapá

Palmas/Tocantins

São Luís/Maranhão

Teresina/Piauí

Fortaleza/Ceará

Natal/Rio Grande do Norte

João Pessoa/Paraíba

Recife/Pernambuco

Maceió/Alagoas

Aracaju/Sergipe

Salvador/Bahia

Belo Horizonte/Minas Gerais

Vitória/Espírito Santo

Rio de Janeiro/Rio de Janeiro

São Paulo/São Paulo

Curitiba/Paraná

Florianópolis/Santa Catarina

Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Campo Grande/Mato Grosso do Sul

Cuiabá/Mato Grosso

Goiânia/Goiás

Brasília/Distrito Federal

---

## Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, apresenta, nesta publicação, os resultados do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios, para os anos de 2010 a 2014, que têm como referência o ano de 2010.

Os resultados municipais estão disponíveis no portal do IBGE na Internet. São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços – os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, o PIB e o PIB *per capita*. A análise dos resultados, ilustrada por meio de tabelas, quadros, gráficos e cartogramas, destaca aspectos econômicos de abrangência tanto nacional, como regional e municipal.

Para o período anterior a 2010, realizou-se a retropolação dos dados até 2002, considerando-se a disponibilidade de informações para o período, e estimou-se uma nova série, adaptado às alterações da CNAE 2.0. A série de 2002 a 2009 é disponibilizada apenas em meio digital.

No portal do IBGE na Internet, estão sendo disponibilizadas:

- as séries de 2010 a 2014;
- as séries de 2002 a 2009 (denominada de série retropolada).

A publicação inclui anexos contendo os indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios, o índice de Gini, por atividade econômica, e um glossário com os termos e conceitos relevantes para a compreensão dos resultados.

***Roberto Luís Olinto Ramos***

Diretor de Pesquisas

---

## Introdução

As estimativas do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios são desenvolvidas desde o ano de 2000, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O cálculo do PIB dos Municípios obedece a uma metodologia uniforme para todas as Unidades da Federação e é integrado, conceitualmente, aos procedimentos adotados no Sistema de Contas Nacionais e nas Contas Regionais do Brasil que seguem o manual internacional de contas nacionais (SNA-2008). Dessa maneira, seus resultados são coerentes e comparáveis entre si e com os resultados nacional e regional.

O cálculo do PIB dos Municípios se baseia na distribuição, entre os municípios, do valor adicionado bruto – a preços básicos –, em valores correntes das atividades econômicas, obtido pelas Contas Regionais do Brasil. O trabalho fundamenta-se na identificação de variáveis que permitam distribuir o valor adicionado bruto das atividades econômicas de cada Unidade da Federação entre seus respectivos municípios. O nível de desagregação necessário ao cálculo do PIB dos Municípios requer maior abertura das mencionadas atividades, chegando-se, especificamente na Agropecuária, no nível de produto. O ano de 2010 é o ano referência da série, tanto no Sistema de Contas Nacionais como também nas Contas Regionais e no PIB dos Municípios.

Em dezembro de 2015 os resultados do PIB dos Municípios foram divulgados tendo como referência o ano 2010<sup>1</sup>. Esses resul-

---

<sup>1</sup> Para informações sobre metodologia do PIB dos municípios, consultar: Produto interno bruto dos municípios : ano de referência 2010 / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. – 3. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97483.pdf><http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/default.shtm> Acesso em nov. 2016.

tados incorporam as recomendações apresentadas no manual de contas nacionais divulgado pelas Nações Unidas em 2008<sup>2</sup>, também, novas classificações de bens e serviços – CNAE 2.0, novas fontes de dados, e os resultados de censos e pesquisas realizadas estabelecendo estruturas que serão referências para os próximos anos. Como consequência, as participações das atividades econômicas na composição do Produto Interno Bruto - PIB – foram atualizadas.

Entretanto, esta atualização gerou descontinuidade dos dados históricos do PIB dos municípios. Para o período anterior a 2010 realizou-se a retropolação dos dados até 2002 incorporando no cálculo dos agregados (PIB, valor adicionado bruto da agropecuária, da indústria, dos serviços) a nova estrutura das atividades econômicas. Além da incorporação dos novos pesos, sempre que foi possível, introduziram-se as alterações conceituais da nova referência nos anos anteriores. Por diversos motivos não foi possível incorporar nos anos anteriores todas as mudanças introduzidas no ano de referência 2010. O procedimento adotado para estimar a série de 2002 até 2009, a preços correntes, a partir das estimativas – referência 2010 – do Produto Interno Bruto dos Municípios está disponível no portal do IBGE na Internet<sup>3</sup>.

A divulgação da série do PIB dos Municípios adota uma política de revisão dos resultados como requisito fundamental para o aprimoramento da qualidade da informação. Os resultados relativos ao último ano divulgado é sempre revisto no ano posterior. Entretanto, excepcionalmente, nessa edição, os valores de 2010 a 2013 foram revistos absorvendo a atualização de dados das principais fontes e ajustes nos novos procedimentos.

A publicação apresenta um conjunto de variáveis: o valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços, os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, o PIB e o PIB *per capita*, que, além de estabelecer relações macroeconômicas, possibilita traçar, para cada município, seus perfis econômico e setorial. Além das informações anteriormente mencionadas destaca-se o valor adicionado bruto corrente da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, devido à importância desta atividade na economia brasileira. O texto destaca a concentração da renda gerada nos municípios e os principais movimentos ocorridos em relação ao ano anterior.

No Apêndice 1 é apresentado um quadro com informações detalhadas de todas as atividades econômicas, dos indicadores e das fontes utilizadas para a distribuição do valor adicionado regional pelos municípios e, no Apêndice 2 o índice de Gini, por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, em 2014.

<sup>2</sup> Uma referência sobre os processos de revisão das séries de Contas Nacionais é o documento: Análisis de la implementación del Sistema de Cuentas Nacionales 1993 en América Latina. Disponível em: <http://www.cepal.org/es/publicaciones/11300-analisis-la-implementacion-sistema-cuentas-nacionales-1993-america-latina>. Acesso em: out. 2016.

<sup>3</sup> Para informações complementares, consultar: Nota metodológica da retropolação do PIB dos Municípios - referência 2010. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib\\_Municipios/Notas\\_Metodologicas\\_2010/NotaMetodologicaPIB\\_Munic%C3%ADpiosRetropolacao.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/Notas_Metodologicas_2010/NotaMetodologicaPIB_Munic%C3%ADpiosRetropolacao.pdf). Acesso em: out 2016.

---

# Análise dos resultados

## Síntese dos resultados nacional e regional

A Tabela 1, a seguir, ilustra o desempenho da economia brasileira no período de 2010 a 2014, por setores de atividade econômica<sup>4</sup>.

Em 2014, o valor adicionado bruto - VAB<sup>5</sup>, cresceu, em relação ao ano anterior, nominalmente, 9,2%. Em valores correntes, o resultado alcançado foi de R\$ 4 972,7 bilhões (CONTAS..., 2016, p. 55, tab.10.2). Entre 2013 e 2014, todos os segmentos dos Serviços cresceram, nominalmente, acima da média, exceto os Serviços de informação (7,0%). Esse segmento perdeu participação em todos os anos da série 2010-2014. O maior crescimento nominal nesse período foi alcançado pelos serviços de Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados (16,9%). Entretanto, considerando o período dos últimos cinco anos, esse segmento não recupera sua participação em 2010, que era de (6,8%). Perderam peso no VAB total do País a atividade Agropecuária (0,2 ponto percentual), Indústria (1,1 pontos percentuais) e Serviços de informação (0,1 ponto percentual).

O crescimento nominal do valor adicionado bruto da Agropecuária no ano de 2014 em relação ao ano de 2013 foi de 4,0%. Segundo

---

<sup>4</sup> Consideram-se os seguintes segmentos de atividade econômica em outros serviços: Alojamento; Alimentação; Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas; Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D; Outras atividades profissionais, científicas e técnicas; Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual; Outras atividades administrativas e serviços complementares; Atividades de vigilância, segurança e investigação; Educação privada; Saúde privada; Atividades artísticas, criativas e de espetáculos; Organizações associativas e outros serviços pessoais e Serviços domésticos.

<sup>5</sup> O valor adicionado bruto é sempre calculado a preços básicos, isto é, exclui qualquer imposto e qualquer outro custo de transporte faturado separadamente e inclui qualquer subsídio sobre produto,

a pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM 2014<sup>6</sup>, o valor bruto da produção agrícola alcançou R\$ 251,2 bilhões em 2014, um crescimento de 8,1% em relação ao ano anterior. Entre os produtos que tiveram maior incremento no valor de produção destacaram-se soja (22,4%), café (22,3%), algodão (17,4%) e laranja (16,2%). O aumento do valor de produção da soja foi devido ao crescimento da produção de 6,2% e ao incremento nos preços.

**Tabela 1 - Participação do valor adicionado bruto das atividades em relação ao valor adicionado bruto total, diferença absoluta da participação e variação nominal, segundo a atividade econômica - 2010-2014**

Atividade econômica	Participação do valor adicionado bruto da atividade (%)					Diferença absoluta (%)		Variação nominal (%)	
	2010	2011	2012	2013	2014	2014-2013	2014-2010	2014-2013	2014-2010
<b>Valor adicionado total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	..	..	<b>9,2</b>	<b>50,6</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>4,8</b>	<b>5,1</b>	<b>4,9</b>	<b>5,3</b>	<b>5,0</b>	(-) 0,2	0,2	<b>4,0</b>	<b>56,3</b>
<b>Indústria</b>	<b>27,4</b>	<b>27,2</b>	<b>26,0</b>	<b>24,9</b>	<b>23,8</b>	(-) 1,1	(-) 3,6	<b>4,5</b>	<b>30,9</b>
Indústria extrativa	3,3	4,4	4,5	4,2	3,7	(-) 0,4	0,4	(-) 2,4	68,1
Indústria de transformação	15,0	13,9	12,6	12,3	12,0	(-) 0,3	(-) 3,0	6,9	20,8
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,8	2,7	2,4	2,0	1,9	(-) 0,1	(-) 0,9	1,2	1,1
Construção Civil	6,3	6,3	6,5	6,4	6,2	(-) 0,2	(-) 0,1	5,6	48,3
<b>Serviços</b>	<b>67,8</b>	<b>67,7</b>	<b>69,1</b>	<b>69,9</b>	<b>71,2</b>	<b>1,3</b>	<b>3,4</b>	<b>11,2</b>	<b>58,1</b>
Comércio	12,6	12,9	13,4	13,5	13,6	0,1	1,0	10,2	62,5
Transporte, armazenagem e correio	4,3	4,4	4,5	4,5	4,6	0,1	0,3	12,0	60,8
Alojamento e alimentação	2,1	2,2	2,3	2,4	2,5	0,1	0,4	15,6	78,0
Serviços de informação	3,8	3,7	3,6	3,5	3,4	(-) 0,1	(-) 0,4	7,0	33,2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	6,8	6,4	6,4	6,0	6,4	0,4	(-) 0,4	16,9	41,9
Atividades imobiliárias	8,3	8,4	8,8	9,2	9,3	0,1	1,0	10,6	69,0
Outros serviços	13,5	13,6	14,2	14,5	14,9	0,4	1,4	12,4	66,0
Administração pública, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social	16,3	16,1	15,9	16,4	16,4	0,0	0,1	9,5	51,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A Indústria apresentou variação abaixo da média do VAB total das atividades, registrando perda de participação de 1,1 pontos percentuais no VAB do País, ao passar de 24,9% para 23,8%. Esse fato foi o reflexo do fraco desempenho de todos os segmentos da indústria. Em 2013, a Indústria extrativa gerava 4,2% do valor adicionado bruto total e, em 2014, passou a gerar 3,7%. Foi o segmento que teve a maior redução no peso em relação ao VAB total. Essa perda de participação foi em função, principalmente, da queda

<sup>6</sup> Para informações complementares, consultar a publicação: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL Culturas temporárias e permanentes volume 41 2014 Brasil. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam\\_2014\\_v41\\_br.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2014_v41_br.pdf). Acesso em: out. 2016.

dos preços do minério de ferro e do petróleo. Todavia, considerando o período de 2010 até 2014, esse segmento ganha participação do País (0,4 ponto percentual). A Indústria de transformação, que em 2013 contribuía com 12,3% do valor adicionado bruto total, passou a contribuir com 12,0%. Os segmentos que tiveram recuo foram Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças (0,23% ponto percentual); Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores (0,10% ponto percentual) e Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (0,07% ponto percentual). Os destaques positivos em relação ao ganho de participação foram: Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura (0,06% ponto percentual); Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros (0,03% ponto percentual) e Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (0,02% ponto percentual). O segmento Refino de petróleo e coqueiras permaneceu com VAB negativo em 2014 como nos três anos anteriores. A Indústria de transformação perdeu, desde 2010, peso em todos os anos. A atividade Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana participou com 2,0% e 1,9% do valor adicionado bruto nacional em 2013 e 2014, respectivamente. O recuo no peso do VAB nos últimos anos foi função do incremento do consumo intermediário da atividade. Como o segmento Indústria de transformação, esse segmento perdeu participação em todos os anos da série iniciada em 2010. A atividade Construção civil participava com 6,4% e passou a participar com 6,2%.

O setor de Serviços cresceu, em termos nominais, 11,2% e apresentou crescimento na participação de 3,4% pontos percentuais. Este segmento passou a representar 71,2% do VAB total em 2014<sup>7</sup>. Observa-se o crescimento contínuo do segmento Comércio desde 2010.

Os resultados nacionais refletiram o desempenho da economia regional (CONTAS..., 2016, p. 24, tab. 4). A Tabela 2, a seguir, apresenta síntese dos resultados por Unidade da Federação.

Em 2014, o Estado que mais contribuiu para o VAB foi São Paulo (31,2%) seguido do Rio de Janeiro (11,7%), Minas Gerais (9,1%), Rio Grande do Sul (6,2%), Paraná (6,1%), Santa Catarina (4,1%), Bahia (3,9%) e Distrito Federal (3,4%). Essas oito Unidades da Federação geravam mais de 75% do VAB do País e durante toda a série estiveram nas primeiras colocações.

São Paulo ganhou participação em relação ao ano de 2013 (0,1 ponto percentual) entretanto, na comparação com o ano de 2010, foi o que mais perdeu (1,2 pontos percentuais). Os estados de Minas Gerais e Paraná foram os que mais perderam participação em relação ao ano de 2013, ambos perderam 0,3 ponto percentual. Na comparação com o ano de 2010 destaca-se Mato Grosso, o estado que mais ganhou participação, 0,3 ponto percentual.

Na distribuição dos valores adicionados brutos da agropecuária pelos estados, observa-se que os estados do Rio Grande do Sul (11,6%), Paraná (11,4%), São Paulo (10,9%) e Minas Gerais (10,2%) foram os que mais contribuíram. As maiores variações positivas, em relação ao ano de 2013, na distribuição estadual do VAB da Agropecuária ocorreram na Bahia (0,7 ponto percentual), Mato Grosso do Sul (0,4 ponto percentual), Piauí e Ceará com 0,3 ponto percentual enquanto que as maiores variações absolutas

<sup>7</sup> Para informações complementares, consultar: CONTAS nacionais. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/defaulttab\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/defaulttab_xls.shtm) >. Acesso em: nov. 2016.

negativas foram observadas nos Estados do Paraná (1,0% ponto percentual), Pará (0,7% ponto percentual) e Goiás (0,6% ponto percentual).

Em 2014, o Estado que mais contribuiu para o VAB industrial foi São Paulo (28,9%) seguido do Rio de Janeiro (14,5%) e Minas Gerais (11,1%). Juntos eles geraram 54,5% do VAB da indústria do País. Na comparação com o ano de 2013, São Paulo e Santa Catarina avançam 0,3 ponto percentual enquanto os Estados de Minas Gerais e Pará recuam 0,5 e 0,4 ponto percentual, respectivamente.

Em 2014, mais da metade do VAB dos serviços do País foi gerado por três estados: São Paulo (33,4%), Rio de Janeiro (11,4%) e Minas Gerais (8,4%). De modo geral, os estados brasileiros mantiveram o peso no setor de Serviços. O setor de serviços de Minas Gerais, do Paraná, do Rio de Janeiro e de São Paulo perderam 0,2% ponto percentual.

**Tabela 2 - Participação do valor adicionado bruto total em relação ao Brasil, diferença absoluta da participação e variação nominal, segundo as Unidades da Federação - 2010-2014**

Unidades da Federação	Participação do valor adicionado bruto total em relação ao Brasil (%)					Diferença absoluta (%)		Variação nominal (%)	
	2010	2011	2012	2013	2014	2014-2013	2014-2010	2014-2013	2014-2010
<b>Brasil</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	..	..	<b>9,2</b>	<b>50,6</b>
Rondônia	0,6	0,7	0,6	0,6	0,6	0,0	(-) 0,0	9,7	44,9
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	17,8	63,2
Amazonas	1,5	1,6	1,5	1,5	1,4	(-) 0,1	(-) 0,1	4,5	42,7
Roraima	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	(-) 0,0	(-) 0,0	7,8	48,2
Pará	2,3	2,4	2,4	2,4	2,3	(-) 0,2	(-) 0,0	2,4	49,6
Amapá	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	(-) 0,0	0,0	5,2	62,8
Tocantins	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,0	0,0	9,7	60,4
Maranhão	1,2	1,2	1,3	1,3	1,4	0,1	0,1	14,2	66,8
Piauí	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,1	0,1	22,0	72,8
Ceará	2,1	2,1	2,1	2,1	2,2	0,1	0,1	16,8	60,1
Rio Grande do Norte	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	(-) 0,0	(-) 0,0	5,1	50,0
Paraíba	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,0	0,0	14,7	57,4
Pernambuco	2,5	2,5	2,7	2,7	2,7	0,0	0,2	10,3	60,7
Alagoas	0,7	0,8	0,8	0,7	0,7	0,0	0,0	10,5	53,1
Sergipe	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	(-) 0,0	(-) 0,0	6,5	42,1
Bahia	4,1	3,9	3,9	3,9	3,9	0,0	(-) 0,2	10,1	44,9
Minas Gerais	9,2	9,4	9,5	9,4	9,1	(-) 0,3	(-) 0,1	5,9	48,8
Espírito Santo	2,1	2,3	2,3	2,1	2,2	0,1	0,1	12,4	57,3
Rio de Janeiro	11,5	11,7	12,0	11,7	11,7	(-) 0,1	0,2	8,3	52,7
São Paulo	32,5	31,8	31,4	31,2	31,2	0,1	(-) 1,2	9,4	44,9
Paraná	5,8	5,9	5,9	6,3	6,1	(-) 0,3	0,2	4,7	56,1
Santa Catarina	4,0	3,9	4,0	4,0	4,1	0,1	0,2	13,2	57,0
Rio Grande do Sul	6,2	6,1	6,0	6,3	6,2	(-) 0,1	0,0	8,1	50,6
Mato Grosso do Sul	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4	0,1	0,2	14,9	69,6
Mato Grosso	1,5	1,7	1,7	1,7	1,8	0,1	0,3	15,7	82,4
Goiás	2,8	2,8	3,0	2,9	2,9	0,0	0,1	9,5	57,2
Distrito Federal	3,7	3,5	3,4	3,3	3,4	0,1	(-) 0,2	13,5	40,8

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

## Produto Interno Bruto dos Municípios

A malha municipal brasileira, em 2014, dividia a extensão territorial administrativamente em 5 570 municípios, que apresentavam uma grande diversidade de recursos naturais, variações climáticas e situações econômica, social e política contrastantes.

Os resultados apresentados a seguir seguem duas linhas de análise em relação ao PIB do País: a primeira avalia essencialmente a concentração, e a segunda, os movimentos dos municípios.

### Análise da concentração do PIB<sup>8</sup>

As informações do PIB dos Municípios permitem avaliar, entre outros aspectos, a concentração econômica no País. Em sequência, serão apresentados alguns resultados cujo propósito é mensurar a desigualdade ou concentração da renda gerada nos municípios brasileiros, quais sejam: a curva de Lorenz, o índice de Gini, a distribuição de frequência acumulada da renda, a relação entre os municípios que geram as maiores rendas e os que geram as menores, a participação dos cinco maiores PIB municipais por Unidade da Federação e a concentração econômica das Capitais em relação ao País e à Unidade da Federação.

### Curva de Lorenz e índice de Gini<sup>9</sup>

As curvas de Lorenz para o PIB e para o valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria, dos Serviços e da Administração pública evidenciam a concentração da economia nacional e estão representadas no Gráfico 1.

O índice de Gini para o PIB, no ano de 2014, foi de 0,86, enquanto para o valor adicionado bruto da Agropecuária e Indústria 0,60 e 0,90, respectivamente. O índice de Gini para o setor de Serviços foi 0,86; excluindo-se o segmento da Administração pública, o índice aumentou e ficou em 0,90. O índice para o segmento da Administração pública foi de 0,75. Estes coeficientes mantiveram-se praticamente inalterados desde 2010. No que diz respeito à concentração, a Agropecuária foi a atividade econômica que apresentou o menor grau, na medida em que sua curva de Lorenz situou-se acima das demais. O inverso ocorreu com as atividades de Serviços e Indústria, cujas curvas situaram-se abaixo daquela da Agropecuária, evidenciando grande concentração.

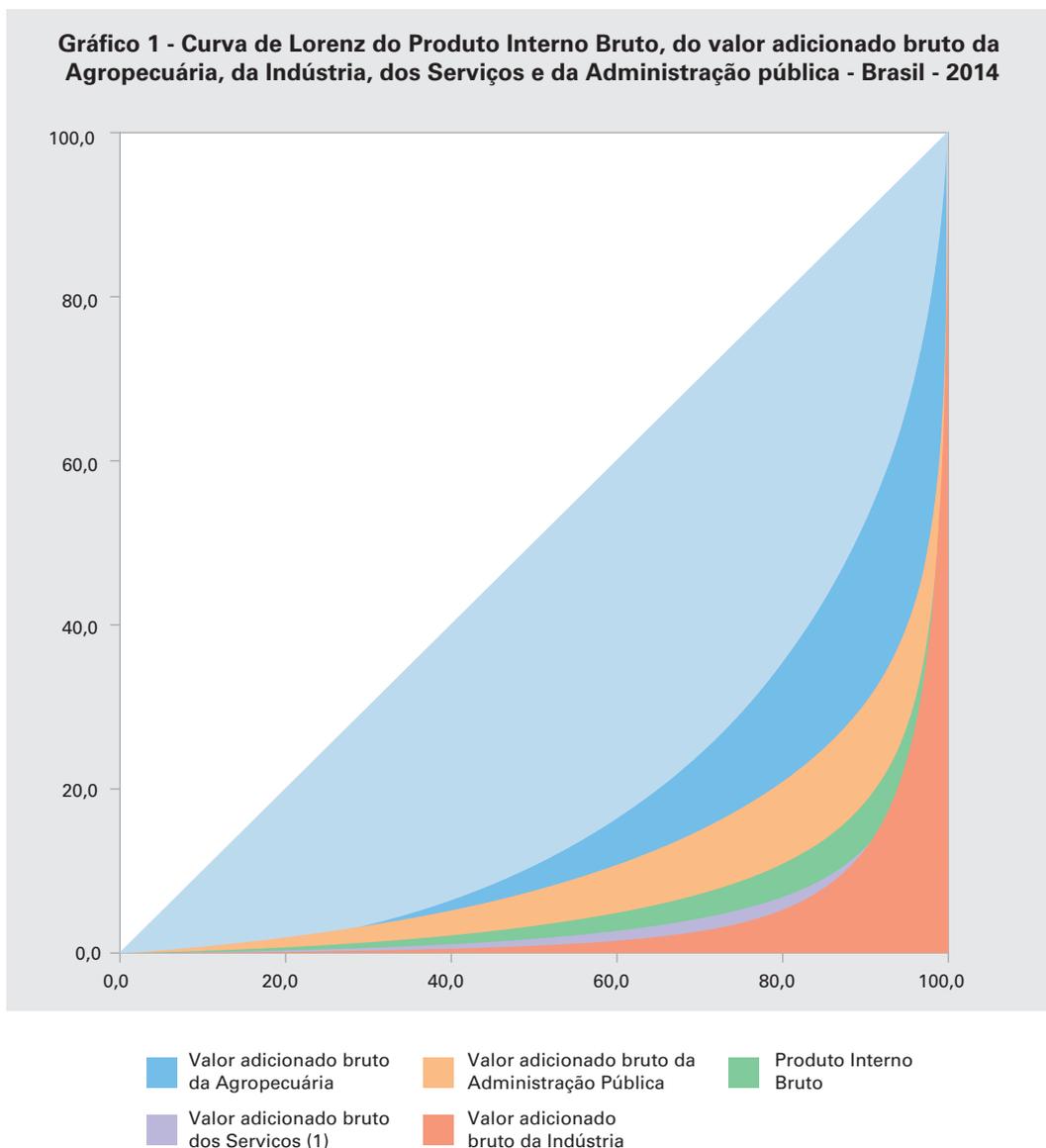
Decompondo o índice de Gini do valor adicionado total das atividades – 0,85 – verifica-se que a atividade agropecuária contribuiu com 0,02, a indústria com 0,21, os serviços exclusive os serviços da administração pública com 0,49 e a administração, saúde e educação públicas e seguridade social com 0,12.

Consta no Apêndice 2 o índice de Gini por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, para o ano de 2014.

Em 2014, apenas os Estados do Amazonas e de São Paulo apresentaram índice de Gini para o PIB superior ao nacional, ambos iguais a 0,88. Os menores indicadores foram observados nos Estados de Mato Grosso do Sul (0,69), Rondônia (0,69), Mato Grosso (0,71), Tocantins (0,71) e Acre (0,71).

<sup>8</sup> Ressalta-se que os subsídios entram com valores negativos no cálculo dos impostos líquidos de subsídios. Logo, em alguns municípios, o valor dos impostos descontando os subsídios pode ser negativo.

<sup>9</sup> O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus. Para maiores detalhes, ver **Glossário**, ao final da publicação.



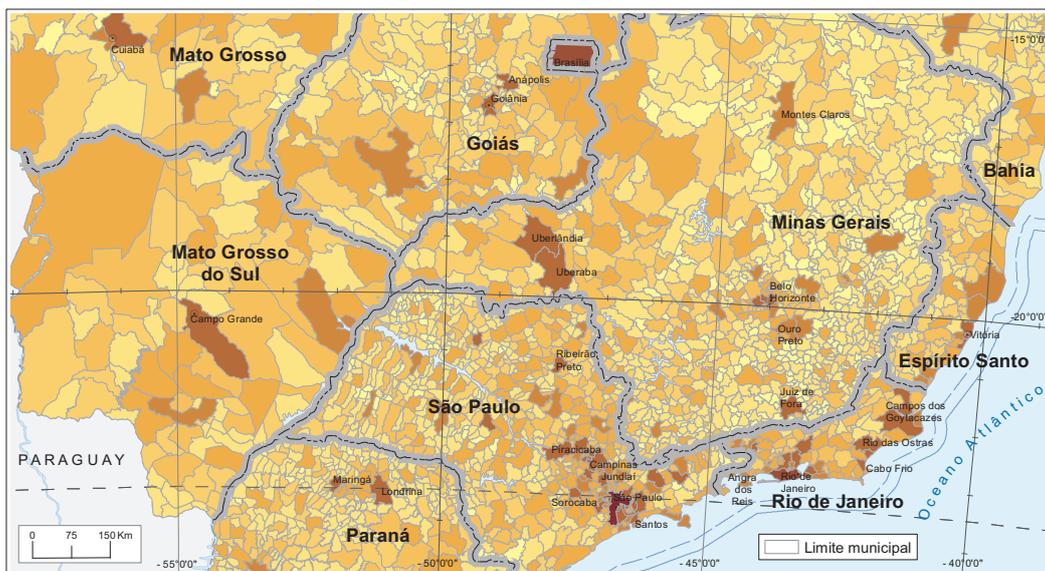
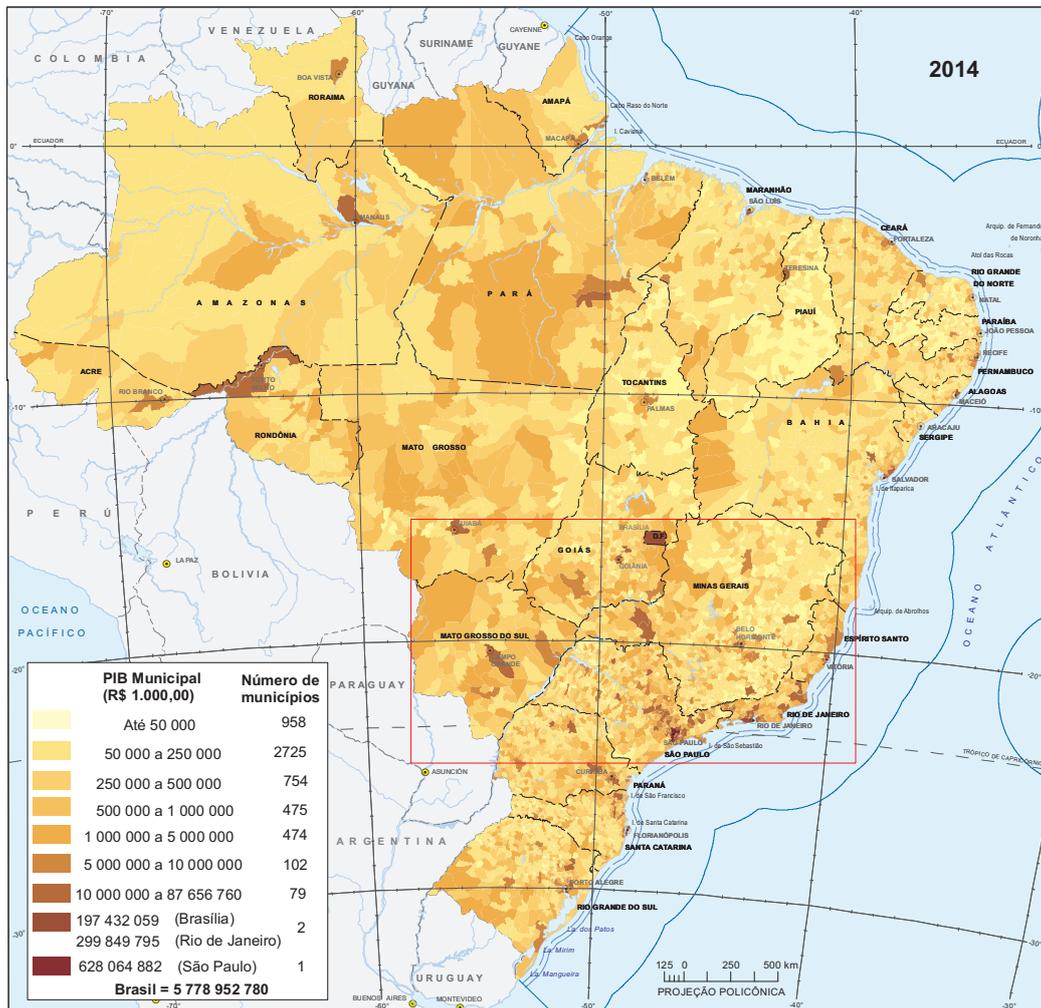
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

(1) Exclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

O Cartograma 1 apresenta a distribuição do PIB dos Municípios por classes. Ressalta-se que o tamanho da área geográfica não deve influenciar a interpretação dos resultados. Os municípios com as maiores áreas estão localizados na Região Norte, enquanto os municípios das Regiões Sudeste e Sul são menores, o que torna a área bastante fragmentada.

**Cartograma 1 - Produto Interno Bruto - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

## Distribuição de frequência acumulada da renda

A distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa<sup>10</sup> no PIB do País, está apresentada na Tabela 3.

**Tabela 3 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no Produto Interno Bruto total do Brasil - 2010-2014**

Faixas de participação relativa no Produto Interno Bruto total do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
<b>2010</b>						
Até 25%	6	0,1	13,7	6	0,1	13,7
De 25% a 50%	46	0,8	16,6	52	0,9	30,2
De 50% a 75%	248	4,5	23,4	300	5,4	53,6
De 75% a 95%	1 837	33,0	31,1	2 137	38,4	84,7
De 95% a 99%	2 004	36,0	11,7	4 141	74,4	96,4
De 99% a 100%	1 424	25,6	3,6	5 565	100,0	100,0
<b>2011</b>						
Até 25%	6	0,1	13,7	6	0,1	13,7
De 25% a 50%	49	0,9	17,6	55	1,0	31,2
De 50% a 75%	257	4,6	22,8	312	5,6	54,1
De 75% a 95%	1 852	33,3	30,9	2 164	38,9	85,0
De 95% a 99%	1 990	35,8	11,5	4 154	74,6	96,5
De 99% a 100%	1 411	25,4	3,5	5 565	100,0	100,0
<b>2012</b>						
Até 25%	6	0,1	12,9	6	0,1	12,9
De 25% a 50%	51	0,9	18,9	57	1,0	31,8
De 50% a 75%	260	4,7	22,5	317	5,7	54,3
De 75% a 95%	1 831	32,9	30,6	2 148	38,6	84,9
De 95% a 99%	1 988	35,7	11,5	4 136	74,3	96,4
De 99% a 100%	1 429	25,7	3,6	5 565	100,0	100,0
<b>2013</b>						
Até 25%	7	0,1	13,8	7	0,1	13,8
De 25% a 50%	53	1,0	18,7	60	1,1	32,6
De 50% a 75%	272	4,9	22,4	332	6,0	55,0
De 75% a 95%	1 883	33,8	30,5	2 215	39,8	85,4
De 95% a 99%	1 964	35,3	11,1	4 179	75,0	96,5
De 99% a 100%	1 391	25,0	3,5	5 570	100,0	100,0
<b>2014 (2)</b>						
Até 25%	7	0,1	14,3	7	0,1	14,3
De 25% a 50%	55	1,0	18,5	62	1,1	32,8
De 50% a 75%	277	5,0	22,4	339	6,1	55,2
De 75% a 95%	1 893	34,0	30,6	2 232	40,1	85,8
De 95% a 99%	1 959	35,2	10,9	4 191	75,2	96,7
De 99% a 100%	1 379	24,8	3,3	5 570	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) Dados sujeitos a revisão.

<sup>10</sup> Sendo a participação relativa no PIB do País ordenada de forma decrescente.

Verifica-se que, em 2014, a renda gerada pelos sete maiores municípios em relação ao PIB correspondeu a aproximadamente 25,0% de toda a geração de renda do País e que esses municípios representavam 14,3% da população. Agregando a renda de 62 municípios, alcançou-se, aproximadamente, a metade do PIB nacional e 32,8% da população. No mesmo ano, nota-se que os 1 379 municípios que pertenciam à última faixa de participação relativa responderam por aproximadamente 1,0% do PIB e concentraram 3,3% da população. Nesta faixa, estavam 73,2% dos municípios do Piauí, 59,6% dos municípios da Paraíba, 51,8% dos municípios do Tocantins e 50,9% dos municípios do Rio Grande do Norte. Estes números mostram não só a concentração da geração interna da renda como também a difusão espacial na produção desta renda.

A Tabela 4 ilustra a posição dos sete maiores municípios em relação ao PIB, bem como a participação relativa do PIB e da população.

De modo geral, não ocorreu alteração significativa entre os maiores municípios na série de 2010 a 2014. Destaca-se os sete maiores municípios, responsáveis por aproximadamente 25% do PIB, todos eram Capitais e tradicionalmente identificados como concentradores da atividade de Serviços – intermediação financeira, comércio e administração pública, exceto o município de Manaus (Amazonas) cuja economia tinha equilíbrio entre as atividades de Indústria (Indústrias de transformação) e de Serviços.

**Tabela 4 - Posição dos maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto e participação relativa do Produto Interno Bruto e da população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição de 2014 - 2010-2014**

Municípios e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição de 2014	Posição em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil					Participação relativa (%)					População 2014 (2)
						Produto Interno Bruto					
	2010	2011	2012	2013	2014 (1)	2010	2011	2012	2013	2014 (1)	
São Paulo/SP	1º	1º	1º	1º	1º	11,6	11,5	11,2	10,9	10,9	5,9
Rio de Janeiro/RJ	2º	2º	2º	2º	2º	5,4	5,2	5,3	5,3	5,2	3,2
Brasília/DF	3º	3º	3º	3º	3º	3,7	3,5	3,4	3,3	3,4	1,4
Belo Horizonte/MG	4º	4º	4º	4º	4º	1,5	1,5	1,6	1,5	1,5	1,2
Curitiba/PR	5º	5º	5º	5º	5º	1,5	1,5	1,5	1,5	1,4	0,9
Manaus/AM	6º	6º	7º	6º	6º	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,0
Porto Alegre/RS	8º	8º	8º	8º	7º	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	0,7

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.

Excluindo-se os Municípios das Capitais, 9 municípios destacaram-se por gerarem, individualmente mais de 0,5% do PIB, agregando 7,3% da renda do País. Esses municípios, com grande integração entre a Indústria e os Serviços, com exceção de Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), 1,0%, eram todos paulistas: Osasco e Campinas gerando 1,0%, cada; Guarulhos 0,9%; São Bernardo do Campo e Barueri, 0,8%, cada; Jundiaí e Sorocaba, 0,6%, cada e São José dos Campos, 0,5%. Estes dados também podem ser observados na Tabela de Resultados 1.

É necessário analisar os principais movimentos dos municípios sob dois aspectos; as maiores diferenças absolutas, em módulo, nas participações e as maiores diferenças relativas, em módulo, nas participações. A primeira medida permite observar os avanços e recuos nas economias dos grandes municípios do ponto de vista econômico enquanto a segunda aponta os movimentos nos municípios de menor porte econômico.

Em relação ao ano anterior, o município que mais avança é o município de Brasília (Distrito Federal), 0,12 ponto percentual; o ganho na participação está relacionado com a atividade Serviços. Ilhabela (São Paulo) ganhou 0,06 ponto percentual na participação em função do segmento extração de petróleo e gás. O ganho 0,05 ponto percentual de Fortaleza (Ceará) foi devido ao setor de atividade Serviços. O município de Niterói (Rio de Janeiro) avançou 0,05 ponto percentual, o ganho na participação foi especialmente detectado na construção de embarcações e empresas do ramo de borrachas e plásticos. Paulínia (São Paulo) avançou 0,05 ponto percentual em função de suave recuperação da indústria do refino.

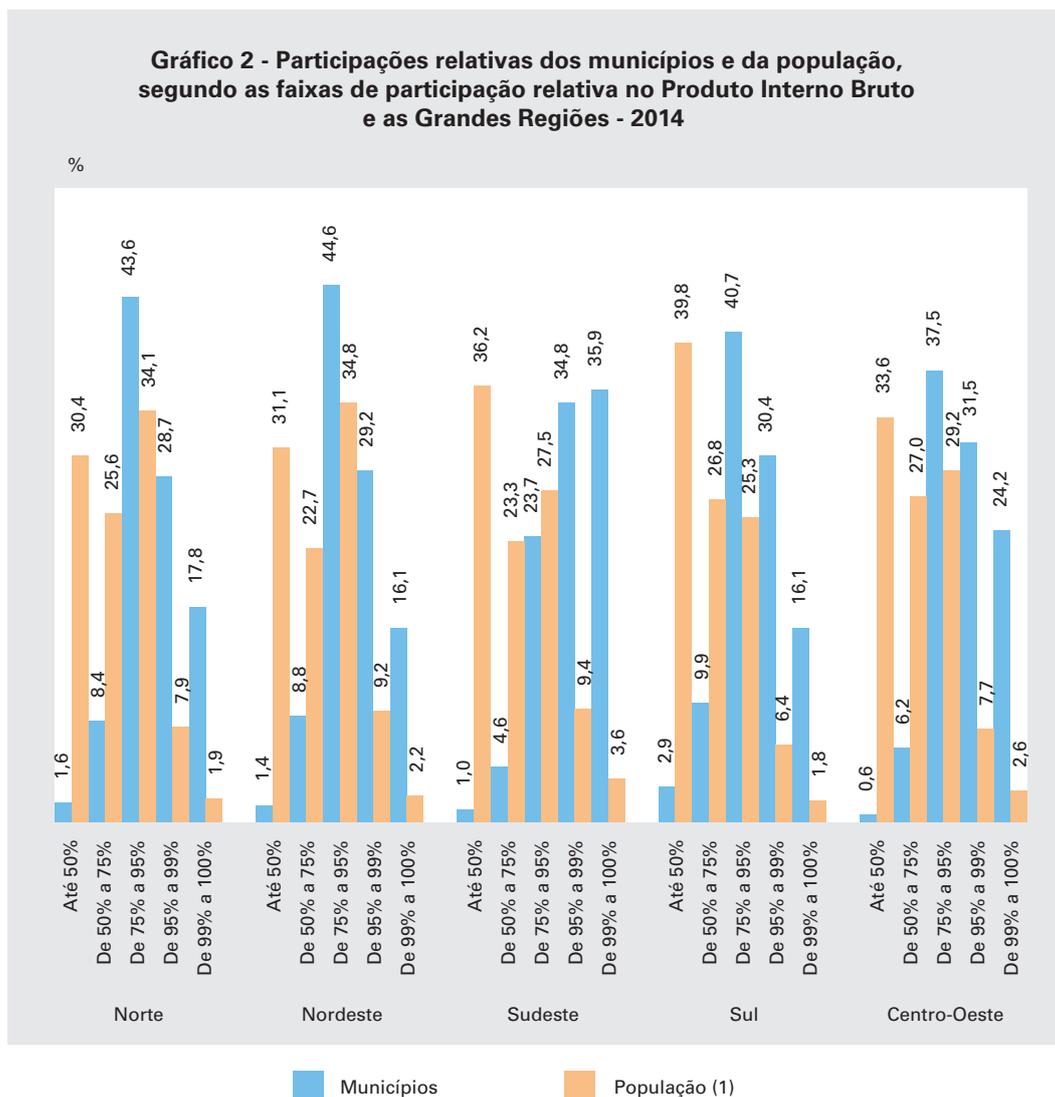
O município do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) perdeu 0,14 ponto percentual na participação em função, principalmente, do comércio. O recuo de Curitiba (Paraná) de 0,13 ponto percentual foi justificado pelo decréscimo na maioria das atividades do setor de Serviços, com exceção de Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas, o qual se manteve praticamente estável mesmo com queda nos ramos varejista e combustíveis. Em Parauapebas (Pará) a queda na participação de 0,11 ponto percentual foi reflexo da atividade Extrativa mineral com a queda dos preços médios do minério de ferro.

O maior avanço relativo em relação ao ano anterior ocorreu no município de Guamaré (Rio Grande do Norte) em função do segmento refino de petróleo. Em Cristianópolis (Goiás) o ganho significativo foi no segmento comércio. A extrativa mineral, com a exploração de uma jazida de minério de ferro, foi responsável pelo aumento na participação do município de Cruzeta (Rio Grande do Norte).

As maiores retrações relativas foram verificadas nos municípios Vargeão e Paial ambos em Santa Catarina e ocorreram devido ao recuo da indústria de transformação. A queda no município de Santo Antônio dos Lopes (Maranhão) foi reflexo do segmento extração de petróleo.

O Gráfico 2 mostra a participação relativa do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa<sup>11</sup> no PIB das Regiões do País.

O gráfico mostra uma grande concentração bem como uma distribuição assimétrica positiva na geração de renda, em todas as Regiões, como no País. Isso evidencia o fato que poucos municípios geraram os maiores PIBs e, em contrapartida, muitos municípios eram responsáveis pelos menores PIBs, em cada Região. Estes dados também podem ser observados nas Tabelas de resultados 2 e 3.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

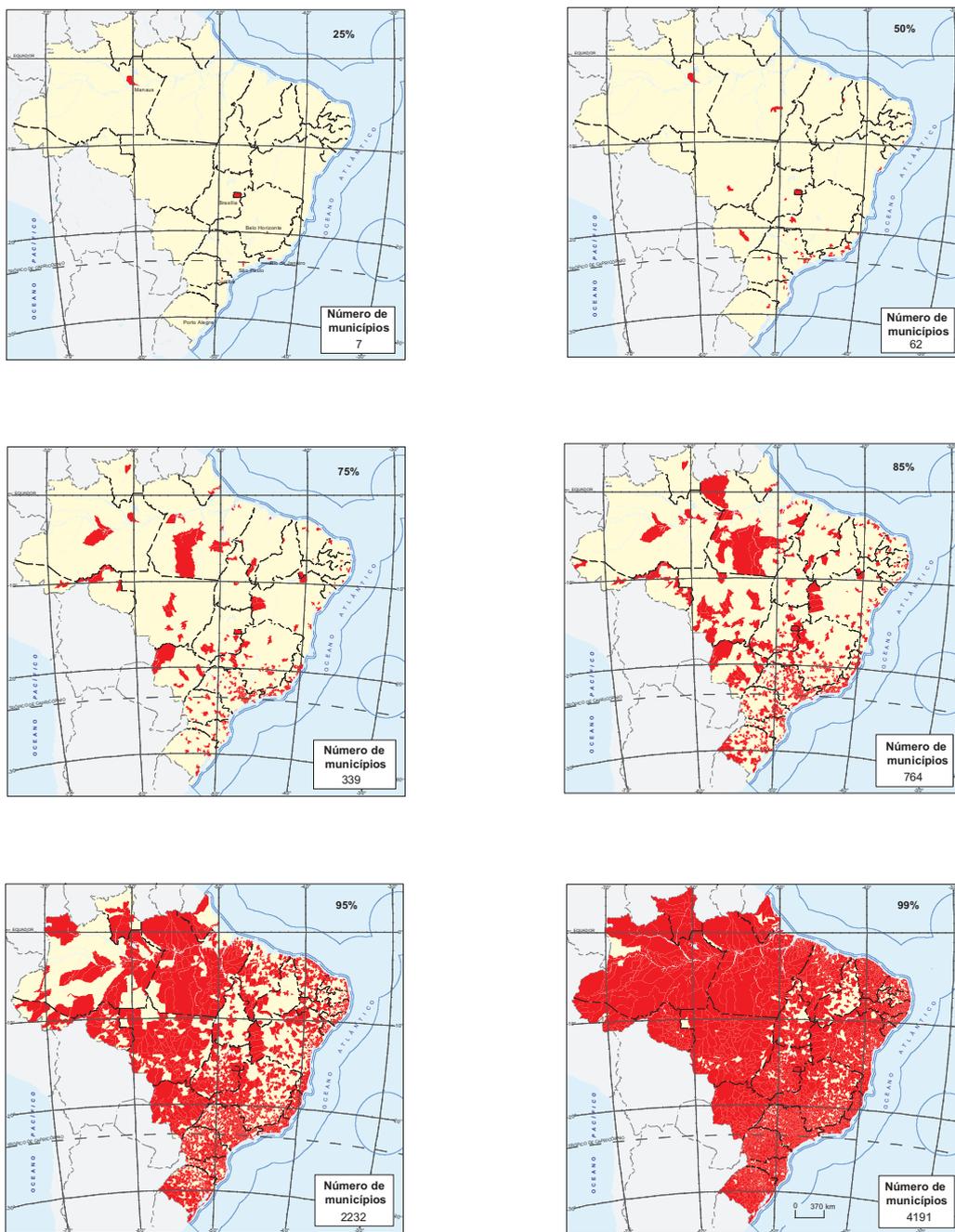
Nota: Dados sujeitos a revisão.

(1) População estimada para 1ª de julho, série revisada.

<sup>11</sup> Sendo a participação relativa no PIB de cada Região ordenada de forma decrescente.

O Cartograma 2 mostra a distribuição acumulada do PIB dos Municípios e permite identificar, espacialmente, a distribuição dos municípios apontados na Tabela 3.

**Cartograma 2 - Participação dos municípios no Produto Interno Bruto nacional - 2014**

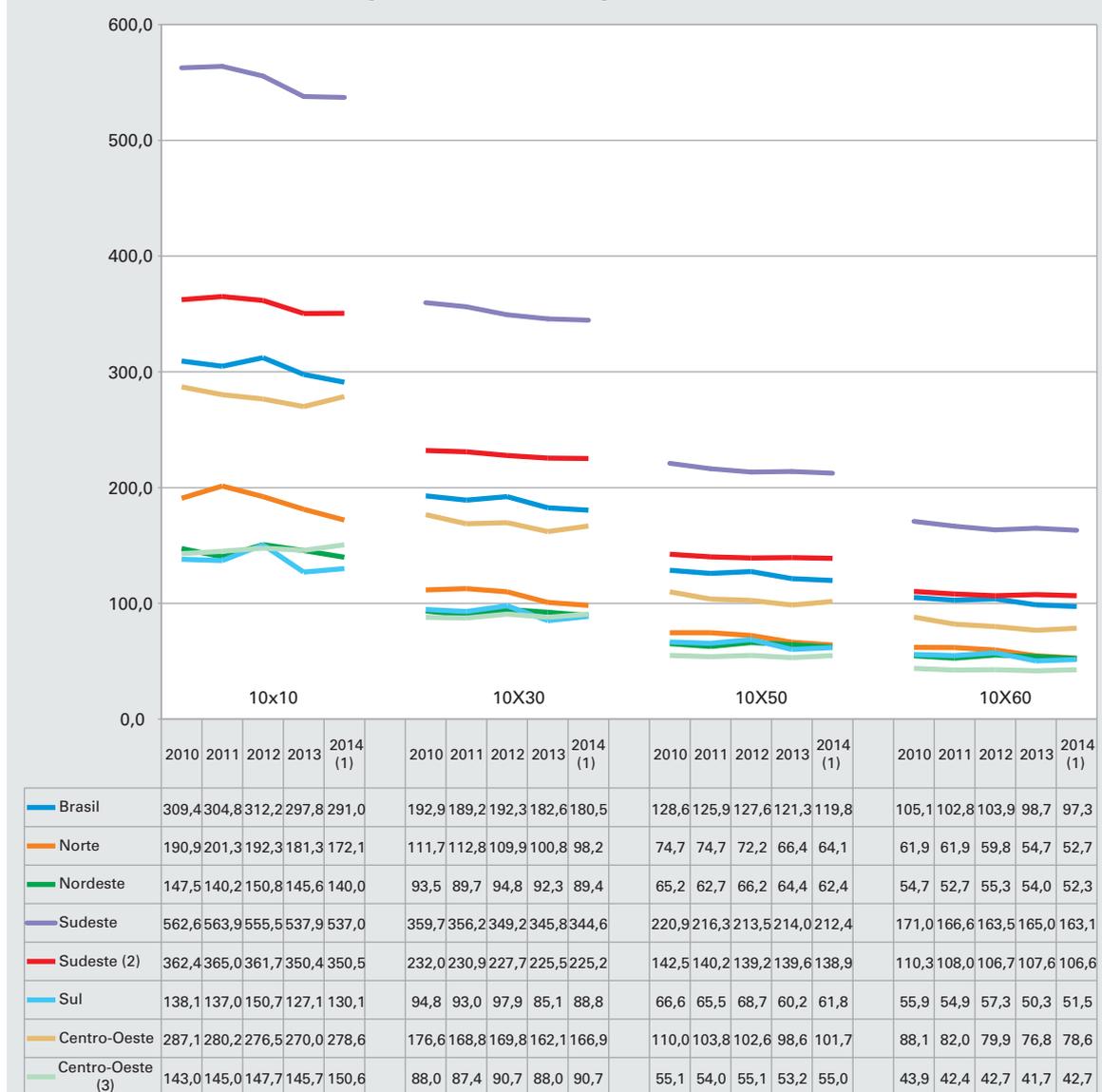


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

## Municípios que geram as maiores rendas em relação aos que geram as menores

O Gráfico 3 apresenta o indicador de concentração calculado pela relação entre a média do PIB dos 10,0% dos municípios que mais contribuíram e a média de 60,0%, 50,0%, 30,0% e 10,0% dos municípios com menor contribuição para o PIB nacional<sup>12</sup>.

**Gráfico 3 - Relação entre a média do PIB dos 10% dos municípios com os maiores PIBs e a média do PIB dos 60%, 50%, 30% e 10% dos municípios com os menores PIBs, segundo as Grandes Regiões - 2010-2014**



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) Exclusive os Municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro. (3) Exclusive Brasília.

<sup>12</sup> Os municípios foram ordenados decrescentemente em relação ao PIB. Em seguida, agregou-se o PIB dos 10% dos municípios que mais contribuíram para o total e calculou-se a média. Este é o numerador do índice. Cada denominador é composto pela média da agregação do PIB dos 60%, 50%, 30% e 10% dos municípios com menor contribuição no PIB.

O referido indicador para o Brasil revelou que, em 2014, a média dos 10,0% dos municípios com maior PIB gerou 97,3 vezes mais renda que a média dos 60,0% dos municípios com menor PIB. De forma análoga, é possível realizar a interpretação dos mesmos indicadores com bases de comparação da média dos 50,0%, 30,0% e 10,0% dos municípios com menor PIB.

A Região Sudeste apresentou os maiores indicadores ao longo da série. Em destaque, observou-se que, excluindo-se os Municípios de São Paulo (São Paulo) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), o cálculo do indicador da região continuou alto, o maior entre todas as Grandes Regiões, evidenciando concentração do PIB na Região Sudeste. Em outro extremo, as Regiões Nordeste, Norte e Sul apresentaram os menores coeficientes de dispersão. Na Região Centro-Oeste, ficou evidente a concentração devido a Brasília (Distrito Federal): quando excluída, os indicadores são reduzidos em aproximadamente 50%.

### **Participação dos cinco maiores PIBs por Unidade da Federação**

A Tabela 5 apresenta o peso dos cinco maiores PIBs na economia estadual por Unidade da Federação, na série 2010 a 2014. Pode-se observar que, nos estados das Regiões Norte e Nordeste, os cinco maiores PIBs municipais concentravam mais do que 50% do PIB estadual; exceto os Estados do Pará e da Bahia. A Região Sudeste não apresentou padrão específico, sendo que os cinco maiores PIBs municipais do Espírito Santo e do Rio de Janeiro concentravam mais que 50% do PIB dos seus estados. Nas Regiões Sul e Centro-Oeste do País, essa concentração não alcançava 50%, exceto nos Estados de Mato Grosso do Sul e de Goiás.

Os Estados Amapá, Roraima e Amazonas, onde os cinco maiores PIBs municipais geravam 88,7%, 86,8% e 86,0% de seus PIBs estaduais, respectivamente, apresentaram as maiores concentrações espaciais de renda do País. Em outro extremo, encontravam-se os Estados de Rio Grande do Sul, 32,2%, Minas Gerais, 34,5% e Santa Catarina, 34,5%, com as menores concentrações de renda.

**Tabela 5 - Participação relativa acumulada do Produto Interno Bruto, do número de municípios e da população, dos cinco maiores municípios, em relação à Unidade da Federação, segundo as Unidades da Federação - 2010-2014**

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto					Participação relativa de 5 municípios no número total de municípios da Unidade da Federação 2014 (%)	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação 2014 (%) (2)
	Participação relativa acumulada (%)						
	2010	2011	2012	2013	2014 (1)		
Rondônia (52 municípios)	62,5	63,8	63,6	62,1	62,1	9,6	51,6
Acre (22 municípios)	79,0	78,8	78,8	77,0	78,4	22,7	69,3
Amazonas (62 municípios)	89,1	87,1	86,8	86,8	86,0	8,1	62,0
Roraima (15 municípios)	87,7	87,1	86,8	86,2	86,8	33,3	79,2
Pará (144 municípios)	53,1	54,5	54,1	50,8	48,4	3,5	30,6
Amapá (16 municípios)	89,0	88,6	89,0	88,4	88,7	31,3	85,1
Tocantins (139 municípios)	51,4	49,9	50,4	50,7	50,9	3,6	41,1
Maranhão (217 municípios)	53,2	51,7	52,4	50,4	50,1	2,3	24,6
Piauí (224 municípios)	59,5	58,8	59,2	59,7	59,7	2,2	35,9
Ceará (184 municípios)	61,8	61,1	62,7	61,9	60,7	2,7	40,8
Rio Grande do Norte (167 municípios)	62,4	61,6	61,3	61,5	60,5	3,0	45,6
Paraíba (223 municípios)	58,1	57,6	58,8	57,5	58,0	2,2	37,7
Pernambuco (185 municípios)	55,8	55,9	56,0	56,4	55,3	2,7	31,5
Alagoas (102 municípios)	61,9	61,7	61,5	61,4	61,5	4,9	42,2
Sergipe (75 municípios)	57,8	57,8	58,8	58,5	58,4	6,7	47,8
Bahia (417 municípios)	44,9	43,6	42,5	43,6	43,4	1,2	28,6
Minas Gerais (853 municípios)	37,2	34,6	34,7	34,3	34,5	0,6	22,9
Espírito Santo (78 municípios)	60,7	56,6	54,8	53,4	54,0	6,4	43,4
Rio de Janeiro (92 municípios)	65,8	64,9	64,2	64,7	64,4	5,4	51,9
São Paulo (645 municípios)	47,1	47,3	46,5	45,9	45,4	0,8	36,0
Paraná (399 municípios)	46,1	45,5	44,8	43,5	41,3	1,3	30,9
Santa Catarina (295 municípios)	35,8	35,2	34,9	34,2	34,5	1,7	26,5
Rio Grande do Sul (497 municípios)	35,2	34,7	34,5	32,8	32,2	1,0	23,9
Mato Grosso do Sul (79 municípios)	55,2	54,9	54,5	53,9	54,8	6,3	51,8
Mato Grosso (141 municípios)	44,8	41,6	41,1	41,2	42,3	3,5	39,0
Goiás (246 municípios)	51,9	51,9	50,8	49,7	50,6	2,0	39,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.

## Concentração econômica das Capitais em relação ao País e à Unidade da Federação

Com relação à participação das capitais na economia brasileira, em 2014, enquanto o Município de São Paulo (São Paulo) ocupava a primeira posição em termos de contribuição ao PIB do País, Palmas (Tocantins) ocupava o último lugar. A Tabela 6 mostra o PIB das capitais e a posição da capital em relação ao estado e ao Brasil. Pode-se observar que Florianópolis (Santa Catarina) era a única capital que não ocupava a primeira posição em seu estado. Em Santa Catarina, o maior município em toda série, de 2002 a 2014, foi Joinville, o mais populoso do estado, que faz parte do polo metal-mecânico catarinense.

**Tabela 6 - Produto Interno Bruto dos Municípios das Capitais, por posição em relação às Capitais, à Unidade da Federação e ao Brasil, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2014**

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Produto Interno Bruto			
	Valor (1 000 R\$)	Posição em relação		
		Às Capitais	À Unidade da Federação	Ao Brasil
São Paulo/SP	628 064 882	1º	1º	1º
Rio de Janeiro/RJ	299 849 795	2º	1º	2º
Brasília/DF	197 432 059	3º	1º	3º
Belo Horizonte/MG	87 656 760	4º	1º	4º
Curitiba/PR	78 892 229	5º	1º	5º
Manaus/AM	67 572 523	6º	1º	6º
Porto Alegre/RS	63 990 644	7º	1º	7º
Fortaleza/CE	56 728 828	8º	1º	11º
Salvador/BA	56 624 041	9º	1º	12º
Recife/PE	50 688 395	10º	1º	14º
Goiânia/GO	46 094 735	11º	1º	17º
Belém/PA	28 706 165	12º	1º	21º
São Luís/MA	26 326 087	13º	1º	26º
Campo Grande/MS	23 902 135	14º	1º	30º
Vitória/ES	23 370 919	15º	1º	31º
Cuiabá/MT	20 525 597	16º	1º	37º
Natal/RN	19 076 030	17º	1º	39º
Maceió/AL	18 302 279	18º	1º	40º
Teresina/PI	17 762 266	19º	1º	41º
João Pessoa/PB	17 462 539	20º	1º	44º
Florianópolis/SC	17 328 527	21º	2º	45º
Aracaju/SE	14 893 787	22º	1º	56º
Porto Velho/RO	12 609 918	23º	1º	65º
Macapá/AP	8 901 882	24º	1º	94º
Rio Branco/AC	8 192 366	25º	1º	102º
Boa Vista/RR	7 339 681	26º	1º	123º
Palmas/TO	6 544 297	27º	1º	140º

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Calculou-se a participação do PIB de cada capital em relação ao PIB do País e em relação ao PIB da respectiva Unidade da Federação. Estes resultados estão apresentados nos Quadros 1 e 2, respectivamente. Mantiveram-se as mesmas cores para as Unidades da Federação que pertencem a uma mesma região geográfica.

Os movimentos entre as capitais foram sempre suaves em toda a série. Em relação ao ano de 2013 houve ganho de posição de Fortaleza (Ceará) em relação a Salvador (Bahia), de Campo Grande (Mato Grosso do Sul) em relação à Vitória (Espírito Santo), Cuiabá (Mato Grosso) em relação à Natal (Rio Grande do Norte) e Teresina (Piauí) em relação à João Pessoa (Paraíba) e Florianópolis (Santa Catarina).

**Quadro 1 - Participação relativa do Produto Interno Bruto em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2010-2014**

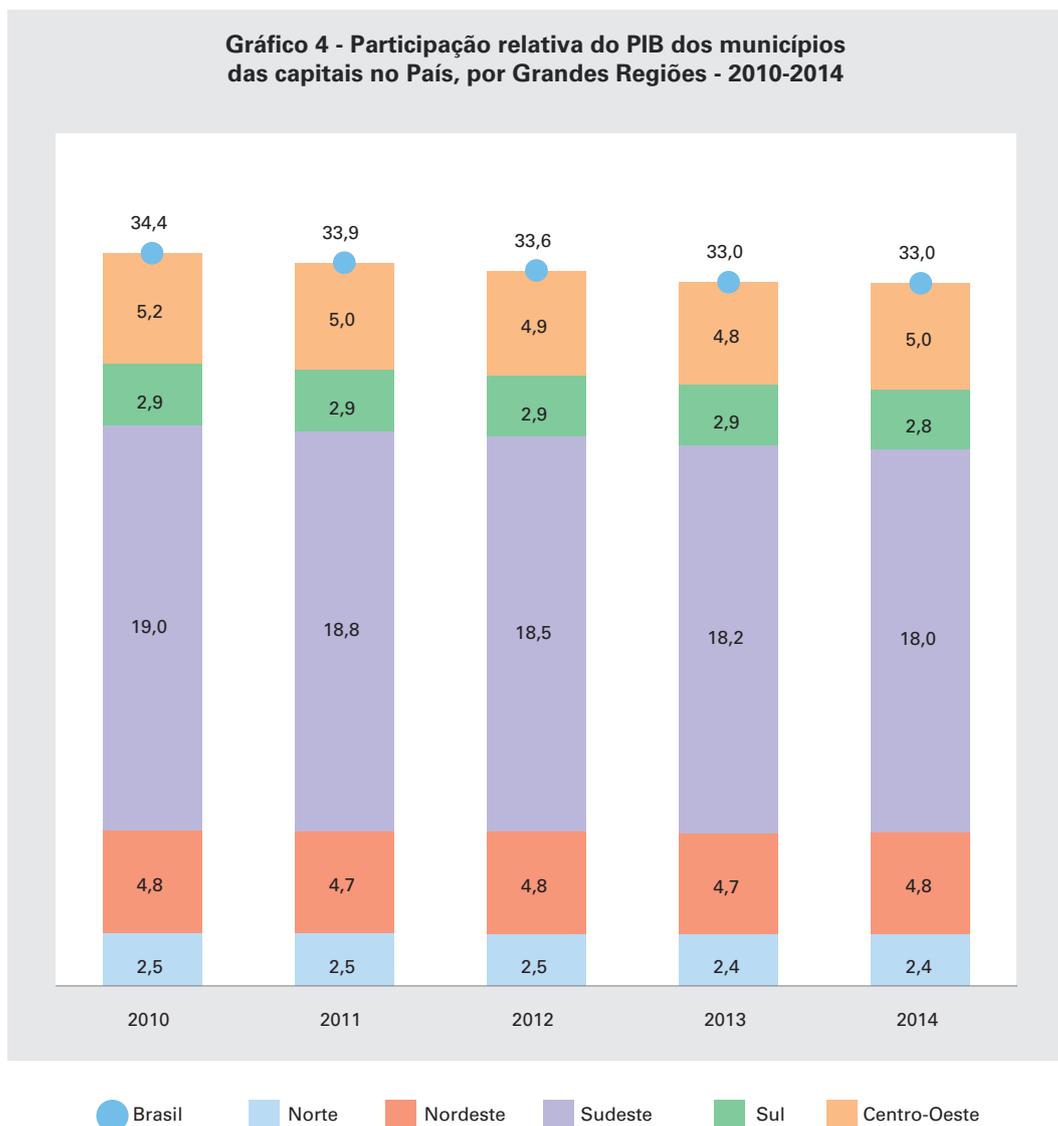
2010	2011	2012	2013	2014 (1)
São Paulo/SP 11,6	São Paulo/SP 11,5	São Paulo/SP 11,2	São Paulo/SP 10,9	São Paulo/SP 10,9
Rio de Janeiro/RJ 5,4	Rio de Janeiro/RJ 5,2	Rio de Janeiro/RJ 5,3	Rio de Janeiro/RJ 5,3	Rio de Janeiro/RJ 5,2
Brasília/DF 3,7	Brasília/DF 3,5	Brasília/DF 3,4	Brasília/DF 3,3	Brasília/DF 3,4
Belo Horizonte/MG 1,5	Belo Horizonte/MG 1,5	Belo Horizonte/MG 1,6	Belo Horizonte/MG 1,5	Belo Horizonte/MG 1,5
Curitiba/PR 1,5	Curitiba/PR 1,5	Curitiba/PR 1,5	Curitiba/PR 1,5	Curitiba/PR 1,4
Manaus/AM 1,3	Manaus/AM 1,3	Manaus/AM 1,2	Manaus/AM 1,2	Manaus/AM 1,2
Porto Alegre/RS 1,1				
Salvador/BA 1,0	Salvador/BA 1,0	Salvador/BA 1,0	Salvador/BA 1,0	Fortaleza/CE 1,0
Fortaleza/CE 1,0	Fortaleza/CE 0,9	Fortaleza/CE 1,0	Fortaleza/CE 0,9	Salvador/BA 1,0
Recife/PE 0,9				
Goiânia/GO 0,7	Goiânia/GO 0,8	Goiânia/GO 0,8	Goiânia/GO 0,8	Goiânia/GO 0,8
Vitória/ES 0,5	Vitória/ES 0,6	Belém/PA 0,5	Belém/PA 0,5	Belém/PA 0,5
Belém/PA 0,5	Belém/PA 0,5	Vitória/ES 0,5	São Luís/MA 0,4	São Luís/MA 0,5
São Luís/MA 0,5	São Luís/MA 0,5	São Luís/MA 0,5	Vitória/ES 0,4	Campo Grande/MS 0,4
Campo Grande/MS 0,4	Campo Grande/MS 0,4	Campo Grande/MS 0,4	Campo Grande/MS 0,4	Vitória/ES 0,4
Natal/RN 0,3	Natal/RN 0,3	Natal/RN 0,3	Natal/RN 0,3	Cuiabá/MT 0,4
Cuiabá/MT 0,3	Maceió/AL 0,3	Cuiabá/MT 0,3	Cuiabá/MT 0,3	Natal/RN 0,3
Maceió/AL 0,3	Cuiabá/MT 0,3	Maceió/AL 0,3	Maceió/AL 0,3	Maceió/AL 0,3
Florianópolis/SC 0,3	Florianópolis/SC 0,3	João Pessoa/PB 0,3	João Pessoa/PB 0,3	Teresina/PI 0,3
João Pessoa/PB 0,3	Teresina/PI 0,3	Florianópolis/SC 0,3	Florianópolis/SC 0,3	João Pessoa/PB 0,3
Teresina/PI 0,3	João Pessoa/PB 0,3	Teresina/PI 0,3	Teresina/PI 0,3	Florianópolis/SC 0,3
Aracaju/SE 0,2	Porto Velho/RO 0,3	Aracaju/SE 0,3	Aracaju/SE 0,3	Aracaju/SE 0,3
Porto Velho/RO 0,2	Aracaju/SE 0,2	Porto Velho/RO 0,2	Porto Velho/RO 0,2	Porto Velho/RO 0,2
Macapá/AP 0,1	Macapá/AP 0,1	Macapá/AP 0,2	Macapá/AP 0,2	Macapá/AP 0,2
Rio Branco/AC 0,1	Boa Vista/RR 0,1	Rio Branco/AC 0,1	Rio Branco/AC 0,1	Rio Branco/AC 0,1
Boa Vista/RR 0,1	Rio Branco/AC 0,1	Boa Vista/RR 0,1	Boa Vista/RR 0,1	Boa Vista/RR 0,1
Palmas/TO 0,1				

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

■ Norte   
 ■ Nordeste   
 ■ Sudeste   
 ■ Sul   
 ■ Centro-Oeste

Em 2014, a participação relativa das capitais na composição do PIB nacional foi 33,0% igual a de 2013. Em 2010, as capitais participavam com 34,4%, 33,9% em 2011 e 33,6% em 2012. O Gráfico 4 mostra os resultados para cada ano, segundo as Grandes Regiões e mostram que a tendência de queda na participação econômica das capitais em relação à economia do País ocorreu principalmente em função da Região Sudeste, especificamente da capital do Estado de São Paulo.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.  
 (1) Dados sujeitos a revisão.

O Quadro 2 mostra a dependência dos estados das Regiões Norte e Nordeste de suas respectivas capitais. O Estado de Santa Catarina era o mais autônomo, tendo sua capital, Florianópolis, contribuído para economia estadual, em 2014, com 7,1%. O Estado do Amazonas era o mais dependente, uma vez que sua capital, Manaus, contribuiu com 78,0% para o PIB do estado.

**Quadro 2 - Participação relativa do Produto Interno Bruto em relação ao Produto Interno Bruto da Unidade da Federação, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2010-2014**

2010	2011	2012	2013	2014 (1)
Brasília/DF 100,0				
Manaus/AM 82,4	Manaus/AM 78,5	Manaus/AM 76,9	Manaus/AM 76,9	Manaus/AM 78,0
Boa Vista/RR 77,2	Boa Vista/RR 75,9	Boa Vista/RR 75,7	Boa Vista/RR 74,4	Boa Vista/RR 75,3
Macapá/AP 66,8	Macapá/AP 65,9	Macapá/AP 66,9	Macapá/AP 64,9	Macapá/AP 66,4
Rio Branco/AC 61,4	Rio Branco/AC 61,6	Rio Branco/AC 61,9	Rio Branco/AC 59,3	Rio Branco/AC 60,9
Teresina/PI 47,7	Teresina/PI 46,9	Fortaleza/CE 47,2	Teresina/PI 47,2	Teresina/PI 47,1
Fortaleza/CE 46,6	Fortaleza/CE 46,1	Teresina/PI 46,6	Fortaleza/CE 45,6	Fortaleza/CE 45,0
Rio de Janeiro/RJ 46,3	Rio de Janeiro/RJ 44,8	Maceió/AL 44,6	Rio de Janeiro/RJ 45,3	Rio de Janeiro/RJ 44,7
Maceió/AL 45,6	Maceió/AL 44,5	Rio de Janeiro/RJ 44,0	Maceió/AL 44,1	Maceió/AL 44,7
São Luís/MA 39,3	Porto Velho/RO 40,4	Porto Velho/RO 39,8	Aracaju/SE 39,8	Aracaju/SE 39,7
Porto Velho/RO 38,0	São Luís/MA 38,3	Aracaju/SE 38,3	Porto Velho/RO 37,6	Porto Velho/RO 37,1
Aracaju/SE 36,4	Aracaju/SE 37,2	São Luís/MA 37,5	Natal/RN 35,8	Natal/RN 35,3
Natal/RN 35,7	Natal/RN 35,9	Natal/RN 35,6	São Luís/MA 34,2	São Luís/MA 34,3
São Paulo/SP 34,8	São Paulo/SP 34,9	São Paulo/SP 34,6	São Paulo/SP 33,9	São Paulo/SP 33,8
Recife/PE 34,3	Recife/PE 34,2	Recife/PE 33,5	Recife/PE 33,1	João Pessoa/PB 33,0
João Pessoa/PB 32,3	João Pessoa/PB 32,1	João Pessoa/PB 33,0	João Pessoa/PB 32,3	Recife/PE 32,7
Campo Grande/MS 31,9	Campo Grande/MS 32,0	Campo Grande/MS 30,9	Campo Grande/MS 30,0	Campo Grande/MS 30,3
Goiânia/GO 27,2	Goiânia/GO 27,4	Goiânia/GO 27,0	Goiânia/GO 26,6	Goiânia/GO 27,9
Salvador/BA 26,4	Salvador/BA 26,6	Salvador/BA 26,3	Salvador/BA 26,1	Salvador/BA 25,3
Curitiba/PR 25,8	Curitiba/PR 25,6	Curitiba/PR 24,7	Palmas/TO 24,4	Palmas/TO 25,0
Palmas/TO 25,0	Palmas/TO 24,0	Belém/PA 24,6	Curitiba/PR 23,9	Belém/PA 23,0
Vitória/ES 24,8	Vitória/ES 23,1	Palmas/TO 23,6	Belém/PA 22,4	Curitiba/PR 22,7
Belém/PA 22,7	Belém/PA 21,7	Vitória/ES 20,8	Cuiabá/MT 19,6	Cuiabá/MT 20,3
Cuiabá/MT 22,2	Cuiabá/MT 19,4	Cuiabá/MT 20,0	Vitória/ES 19,0	Vitória/ES 18,1
Porto Alegre/RS 17,7	Porto Alegre/RS 18,2	Porto Alegre/RS 18,8	Porto Alegre/RS 17,4	Porto Alegre/RS 17,9
Belo Horizonte/MG 16,9	Belo Horizonte/MG 16,6	Belo Horizonte/MG 16,9	Belo Horizonte/MG 16,8	Belo Horizonte/MG 17,0
Florianópolis/SC 7,3	Florianópolis/SC 7,3	Florianópolis/SC 7,3	Florianópolis/SC 7,0	Florianópolis/SC 7,1

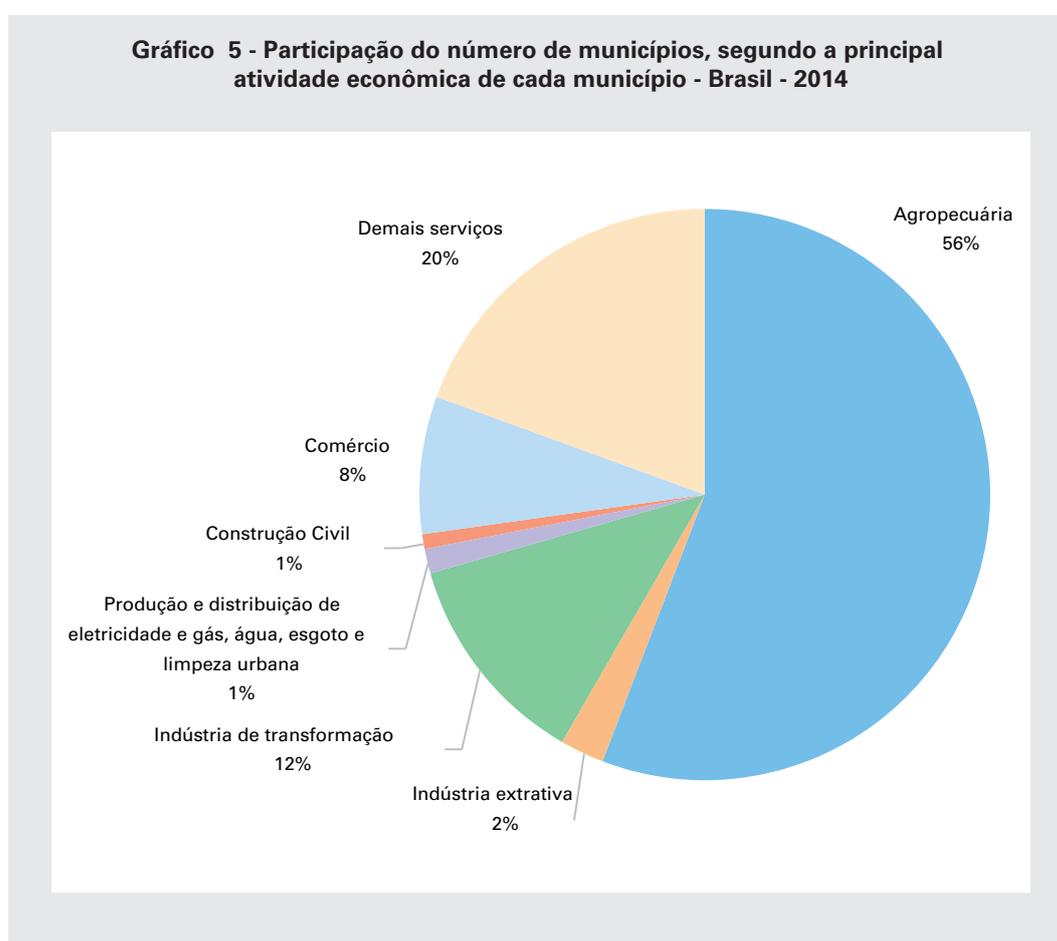
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

 Norte
  Nordeste
  Sudeste
  Sul
  Centro-Oeste

O Gráfico 5 e o Cartograma 3 mostram a distribuição do número de municípios segundo a principal atividade econômica em 2014, excluindo a atividade da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social de todos municípios. Para a construção do cartograma considerou-se: Agropecuária, Indústria extrativa, Indústria de transformação, Construção civil, Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana, Comércio e Demais serviços<sup>13</sup>. Nota-se que mais da metade dos municípios tinha na agropecuária a principal atividade econômica, seguido dos serviços, 28% e da indústria, 16%. Refazendo esta tipologia para 2010, observa-se que nesse período aproximadamente 81% dos municípios mantiveram o perfil econômico.

**Gráfico 5 - Participação do número de municípios, segundo a principal atividade econômica de cada município - Brasil - 2014**

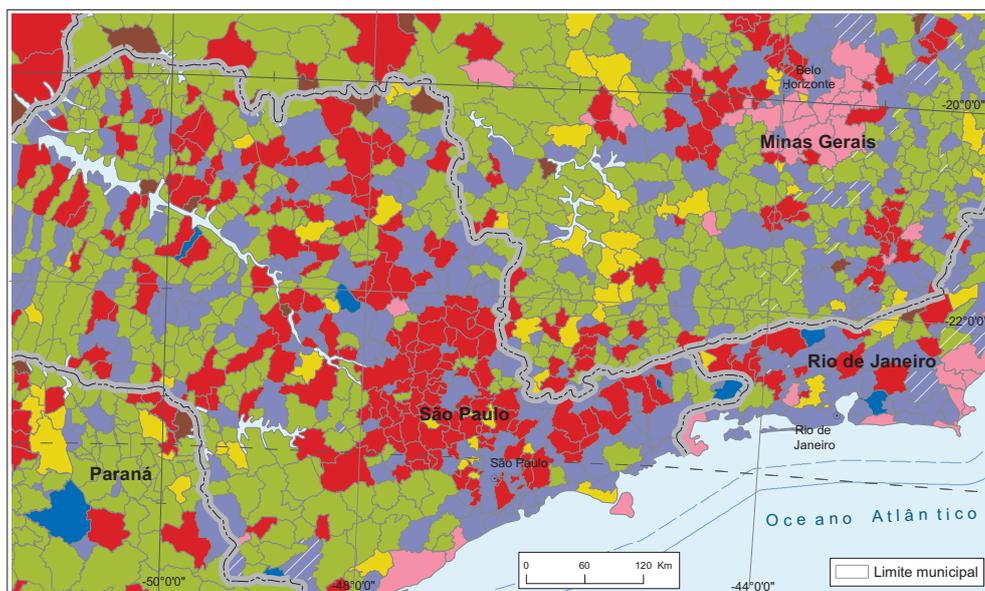
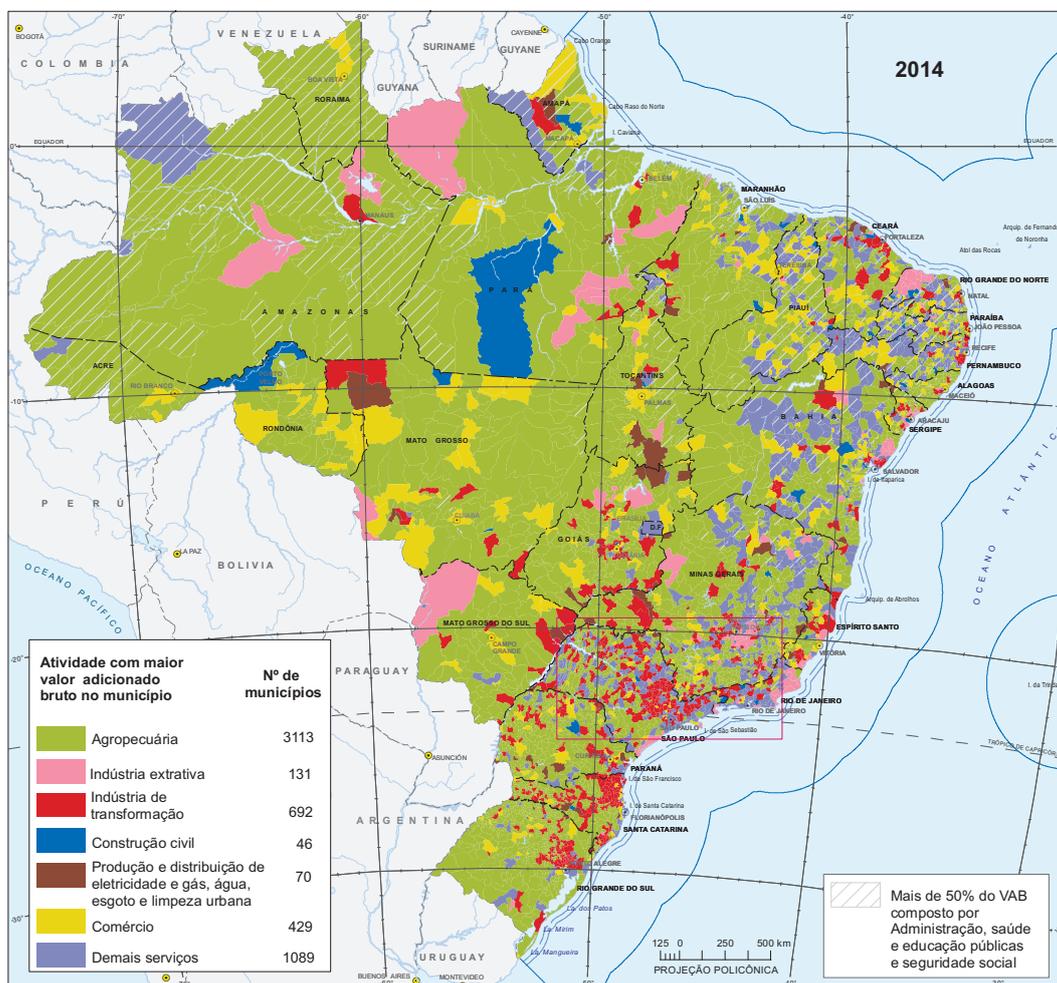


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

<sup>13</sup> Nessa categoria os demais serviços foram subdivididos em cinco grupos: 1-Transporte, armazenagem e correio; 2- Serviços de informação; 3- Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; 4- Atividades imobiliárias e 5- outros serviços que foi composto pela soma do VAB dos segmentos: Serviços de alojamento e alimentação; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Educação e saúde mercantis; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e Serviços domésticos.

**Cartograma 3 - Atividade com maior valor adicionado bruto no município - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Nota: Excluído o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

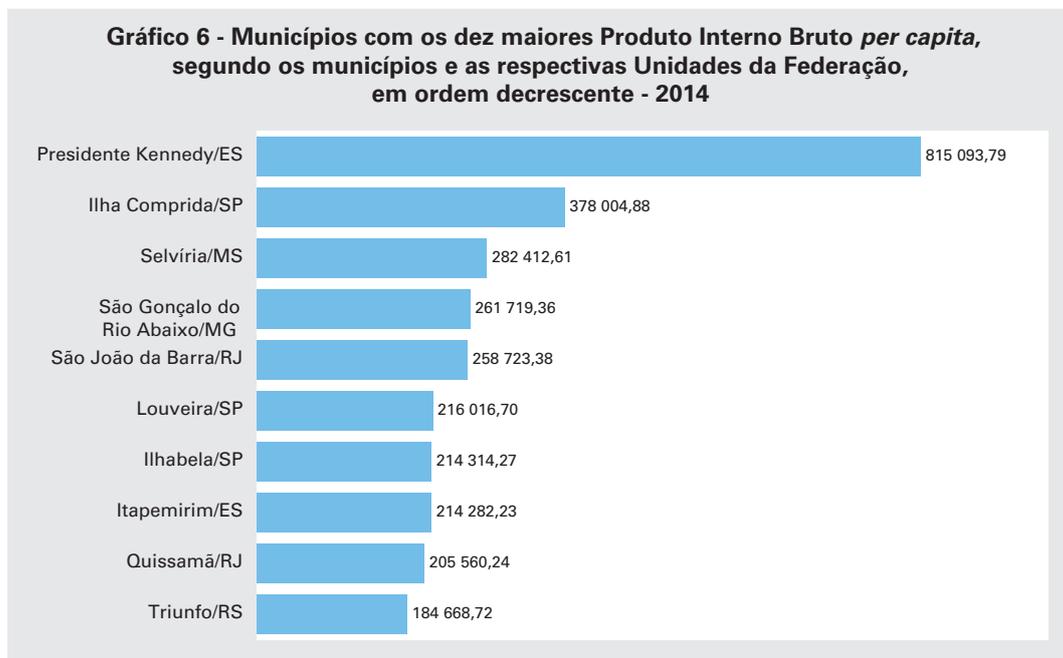
## PIB *per capita*

O PIB *per capita* de cada município foi estimado pelo quociente entre o valor do PIB do município e a sua população residente. Para a população, foi utilizada a estimativa feita por Município<sup>14</sup> e encaminhada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União - TCU, em outubro de cada ano, tendo 1º de julho como data de referência.

É relevante salientar que nem toda a renda gerada no município é apropriada por sua população residente, uma vez que a geração da renda e o consumo não são necessariamente realizados em um mesmo município. O Cartograma 3 foi construído de maneira a permitir a comparação entre o PIB *per capita* dos municípios e o PIB *per capita* brasileiro que, em 2014, foi de R\$ 28 498,21 (CONTAS..., 2016, p. 51, tab. 6). Desse modo, os tons de amarelo foram atribuídos aos municípios com PIB *per capita* inferior ao nacional e os tons de verde designados para representar os municípios com PIB *per capita* superior ao nacional; quanto mais distante do valor nacional o município se encontrava, mais forte era a tonalidade.

Mais de 30% dos municípios dos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso apresentou PIBs *per capita* superior ao nacional enquanto que nenhum município dos Estados do Acre, Roraima, Amapá e Alagoas apresentou essa característica. Nas Regiões Norte e Nordeste do País, o número de municípios com PIB *per capita* superior ao nacional não ultrapassa a 6,7%.

O Gráfico 6 apresenta os municípios com os dez maiores PIB *per capita*, segundo os Municípios e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente em 2014.



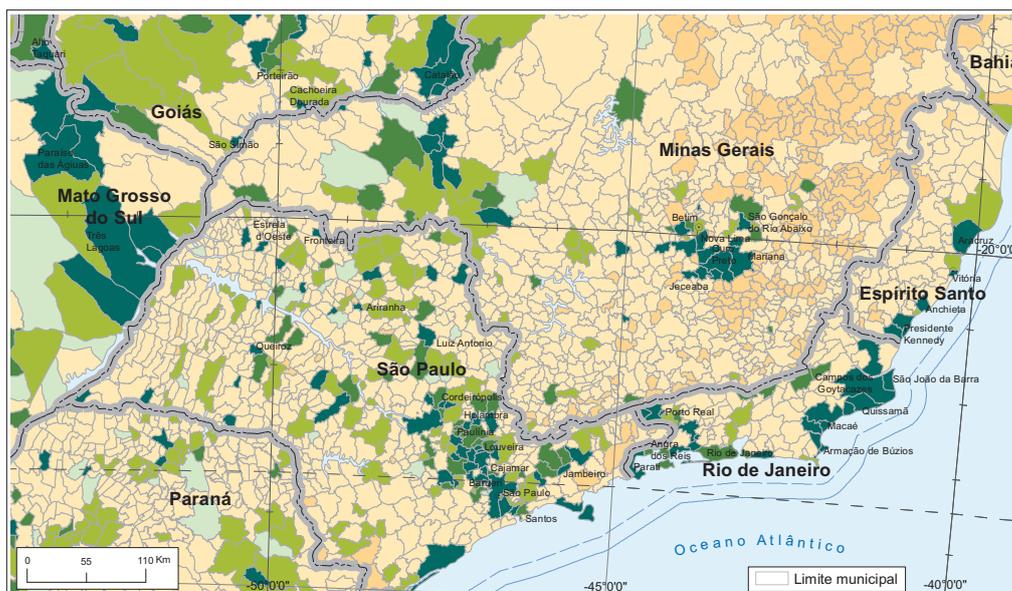
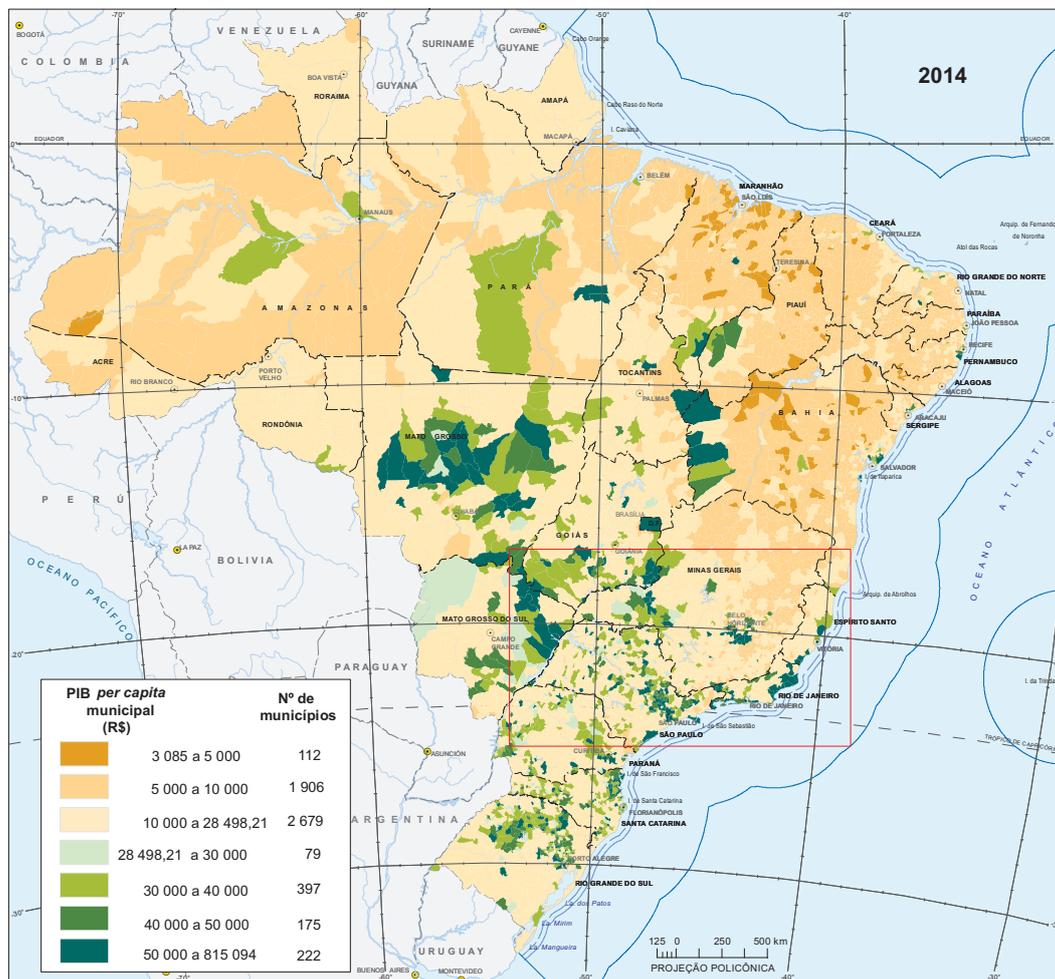
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. População estimada para 1ª de julho, série revisada.

<sup>14</sup> Os dados relativos ao ano de 2010 foram os originários de Censo Demográfico e encaminhados ao TCU em 27 de novembro de 2010.

**Cartograma 4 - Produto Interno Bruto per capita - 2014**

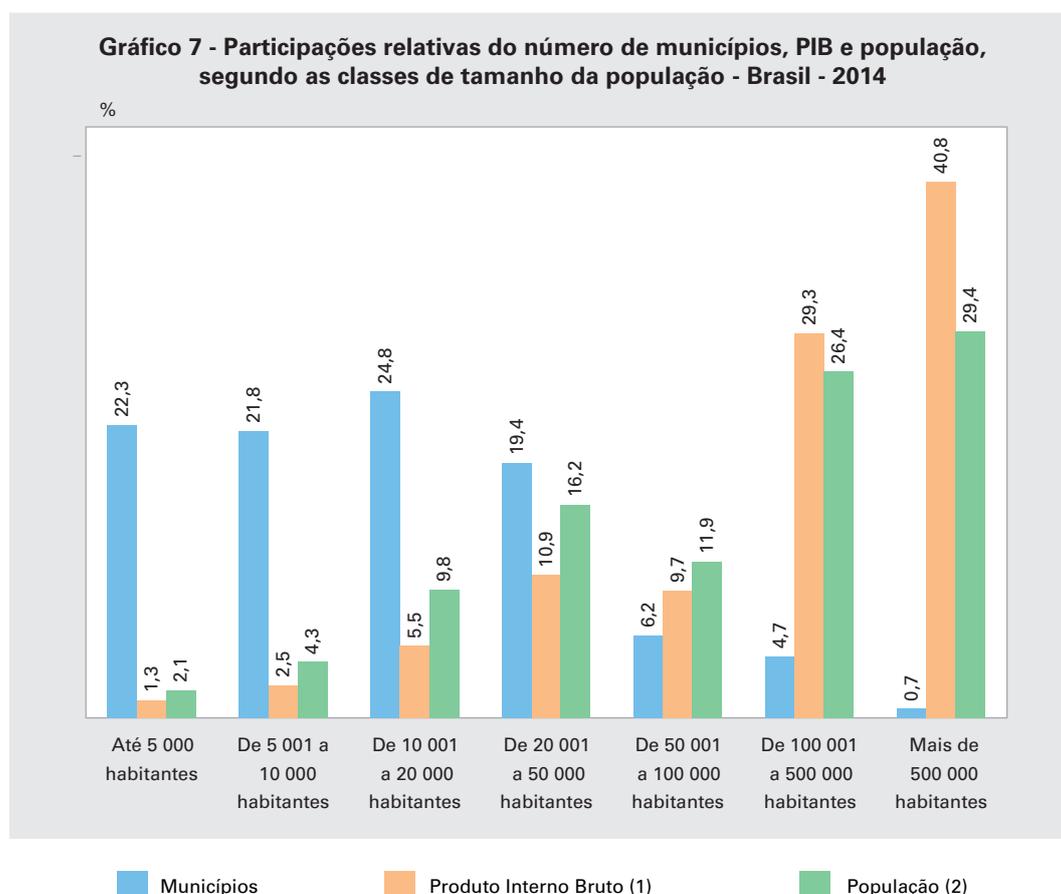


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Presidente Kennedy (Espírito Santo), Ilha Comprida (São Paulo), São João da Barra (Rio de Janeiro), Ilhabela (São Paulo), Itapemirim (Espírito Santo) e Quissamã (Rio de Janeiro) eram municípios produtores de petróleo. Selvíria (Mato Grosso do Sul) produzia eucalipto para as indústrias de celulose e possuía hidroelétrica. São Gonçalo do Rio Abaixo (Minas Gerais) está localizado na Região Central do Estado e a principal atividade do município era a extração de minério de ferro. Louveira (São Paulo) concentrava centros de distribuição de grandes empresas e Triunfo (Rio Grande do Sul) era sede de polo petroquímico. Esses municípios possuíam em comum baixa densidade demográfica. Estes dados também podem ser observados na Tabela de resultados 4.

O menor PIB *per capita*, em 2014, foi R\$ 3 085,49, verificado no município Mansidão (Bahia). Este município sustentava-se pela transferência de recursos federais: a administração pública participou com 57% do valor adicionado bruto total. A economia é basicamente voltada para agricultura de subsistência, com cultivo de feijão, mandioca, milho.

O Gráfico 7 mostra a distribuição do número de municípios, o PIB e a população residente, segundo as classes de tamanho da população. As duas últimas classes de população, isto é, os 300 municípios com mais de 100 000 habitantes, geraram aproximadamente 70% de toda a renda do País. Os 3 842 municípios com até 20 000 mil habitantes foram responsáveis por menos de 10% da renda.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.

A razão entre o PIB *per capita* de cada classe e o nacional, segundo as classes de população, em 2014, mostra que as duas últimas classes, municípios com mais de 100 000 habitantes, apresentaram PIB *per capita* superior ao nacional.

Na Tabela 7, está apresentado o PIB *per capita* dos Municípios das Capitais, em ordem decrescente. Em toda a série, até 2013, Vitória (Espírito Santo) possuía o PIB *per capita* mais alto entre as capitais. Em 2014, Brasília (Distrito Federal) correspondia a 2,4 vezes o PIB *per capita* brasileiro. No lado oposto, Maceió (Alagoas) foi o menor em 2013 e 2014.

**Tabela 7 - Produto Interno Bruto *per capita*, por posição em relação às Capitais, à Unidade da Federação e ao Brasil, com indicação da população e do coeficiente entre o Produto Interno Bruto *per capita* dos Municípios das Capitais e o do Brasil, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2014**

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (1)				População (1 000 hab.) (2)	Coeficiente entre o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> dos Municípios das Capitais e o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> do Brasil (1)
	Valor (R\$)	Posição em relação				
		Às Capitais	À Unidade da Federação	Ao Brasil		
Brasília/DF	69 216,80	1º	1º	97º	2 852	2,4
Vitória/ES	66 375,05	2º	5º	107º	352	2,3
São Paulo/SP	52 796,78	3º	42º	184º	11 896	1,9
Rio de Janeiro/RJ	46 461,82	4º	19º	268º	6 454	1,6
Porto Alegre/RS	43 457,67	5º	52º	320º	1 472	1,5
Curitiba/PR	42 314,71	6º	26º	347º	1 864	1,5
Florianópolis/SC	37 546,32	7º	47º	453º	462	1,3
Cuiabá/MT	35 666,92	8º	35º	524º	575	1,3
Belo Horizonte/MG	35 187,85	9º	51º	541º	2 491	1,2
Manaus/AM	33 446,76	10º	2º	619º	2 020	1,2
Goiânia/GO	32 636,58	11º	36º	653º	1 412	1,1
Recife/PE	31 513,07	12º	5º	712º	1 608	1,1
Campo Grande/MS	28 349,62	13º	29º	886º	843	1,0
Porto Velho/RO	25 525,48	14º	2º	1 095º	494	0,9
São Luís/MA	24 737,98	15º	6º	1 176º	1 064	0,9
Palmas/TO	24 657,41	16º	14º	1 185º	265	0,9
Aracaju/SE	23 877,20	17º	10º	1 268º	624	0,8
Boa Vista/RR	23 307,97	18º	1º	1 329º	315	0,8
Rio Branco/AC	22 510,95	19º	1º	1 427º	364	0,8
João Pessoa/PB	22 366,71	20º	5º	1 450º	781	0,8
Natal/RN	22 128,84	21º	9º	1 477º	862	0,8
Fortaleza/CE	22 057,20	22º	6º	1 487º	2 572	0,8
Teresina/PI	21 130,46	23º	9º	1 607º	841	0,7
Belém/PA	20 034,40	24º	12º	1 733º	1 433	0,7
Macapá/AP	19 925,56	25º	3º	1 751º	447	0,7
Salvador/BA	19 505,84	26º	27º	1 815º	2 903	0,7
Maceió/AL	18 205,44	27º	5º	2 008º	1 005	0,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.

O Coeficiente calculado entre o PIB *per capita* da capital em relação ao PIB *per capita* nacional pode ser observado no Quadro 3, a seguir. Observa-se que, em 2014, 13 capitais brasileiras possuíam coeficientes maior do que 1, isto é, PIB *per capita* maior do que o nacional. As capitais das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste ocupam a parte superior do quadro enquanto que as capitais das Regiões Norte e Nordeste a parte inferior.

**Quadro 3 - Coeficiente entre o Produto Interno Bruto *per capita* dos Municípios das Capitais e o Produto Interno Bruto *per capita* do Brasil, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2010-2014**

2010	2011	2012	2013	2014 (1)
Vitória/ES 3,3	Vitória/ES 3,3	Vitória/ES 3,0	Vitória/ES 2,4	Brasília/DF 2,4
Brasília/DF 2,8	Brasília/DF 2,7	Brasília/DF 2,6	Brasília/DF 2,4	Vitória/ES 2,3
São Paulo/SP 2,0	São Paulo/SP 2,0	São Paulo/SP 2,0	São Paulo/SP 1,9	São Paulo/SP 1,9
Curitiba/PR 1,7	Curitiba/PR 1,7	Curitiba/PR 1,6	Rio de Janeiro/RJ 1,7	Rio de Janeiro/RJ 1,6
Rio de Janeiro/RJ 1,7	Rio de Janeiro/RJ 1,6	Rio de Janeiro/RJ 1,6	Curitiba/PR 1,6	Porto Alegre/RS 1,5
Porto Alegre/RS 1,5	Porto Alegre/RS 1,5	Porto Alegre/RS 1,6	Porto Alegre/RS 1,5	Curitiba/PR 1,5
Manaus/AM 1,4	Manaus/AM 1,4	Florianópolis/SC 1,3	Belo Horizonte/MG 1,3	Florianópolis/SC 1,3
Florianópolis/SC 1,3	Florianópolis/SC 1,3	Belo Horizonte/MG 1,3	Florianópolis/SC 1,2	Cuiabá/MT 1,3
Belo Horizonte/MG 1,3	Belo Horizonte/MG 1,3	Manaus/AM 1,2	Manaus/AM 1,2	Belo Horizonte/MG 1,2
Cuiabá/MT 1,1	Porto Velho/RO 1,2	Cuiabá/MT 1,2	Cuiabá/MT 1,2	Manaus/AM 1,2
Goiânia/GO 1,1	Goiânia/GO 1,1	Goiânia/GO 1,2	Recife/PE 1,1	Goiânia/GO 1,1
Recife/PE 1,1	Recife/PE 1,1	Recife/PE 1,1	Goiânia/GO 1,1	Recife/PE 1,1
Porto Velho/RO 1,1	Cuiabá/MT 1,1	Porto Velho/RO 1,1	Campo Grande/MS 0,9	Campo Grande/MS 1,0
Campo Grande/MS 1,0	Campo Grande/MS 1,0	Campo Grande/MS 1,0	Porto Velho/RO 0,9	Porto Velho/RO 0,9
Boa Vista/RR 0,9	São Luís/MA 0,9	São Luís/MA 0,9	Aracaju/SE 0,9	São Luís/MA 0,9
São Luís/MA 0,9	Boa Vista/RR 0,9	Aracaju/SE 0,9	Palmas/TO 0,8	Palmas/TO 0,9
Palmas/TO 0,9	Palmas/TO 0,8	Natal/RN 0,8	São Luís/MA 0,8	Aracaju/SE 0,8
Aracaju/SE 0,8	Aracaju/SE 0,8	Palmas/TO 0,8	Boa Vista/RR 0,8	Boa Vista/RR 0,8
Natal/RN 0,8	Natal/RN 0,8	Boa Vista/RR 0,8	Natal/RN 0,8	Rio Branco/AC 0,8
Rio Branco/AC 0,8	Fortaleza/CE 0,8	João Pessoa/PB 0,8	Fortaleza/CE 0,7	João Pessoa/PB 0,8
Salvador/BA 0,8	Salvador/BA 0,7	Belém/PA 0,8	João Pessoa/PB 0,7	Natal/RN 0,8
Fortaleza/CE 0,8	João Pessoa/PB 0,7	Fortaleza/CE 0,8	Rio Branco/AC 0,7	Fortaleza/CE 0,8
João Pessoa/PB 0,8	Rio Branco/AC 0,7	Rio Branco/AC 0,7	Belém/PA 0,7	Teresina/PI 0,7
Macapá/AP 0,7	Belém/PA 0,7	Macapá/AP 0,7	Macapá/AP 0,7	Belém/PA 0,7
Belém/PA 0,7	Macapá/AP 0,7	Salvador/BA 0,7	Salvador/BA 0,7	Macapá/AP 0,7
Maceió/AL 0,7	Maceió/AL 0,7	Maceió/AL 0,7	Teresina/PI 0,7	Salvador/BA 0,7
Teresina/PI 0,7	Teresina/PI 0,7	Teresina/PI 0,7	Maceió/AL 0,6	Maceió/AL 0,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O PIB *per capita* dos 557 municípios de menor PIB *per capita*, isto é, os 10,0% dos menores municípios em relação ao PIB *per capita*, foi inferior a R\$ 6 032,75. Entre esses municípios, estavam 49,3% dos municípios do Maranhão; 46,9% do Piauí e 32,6% da Bahia.

Aplicando o indicador relativo ao Gráfico 3 à variável PIB *per capita*, constata-se que o PIB *per capita* dos 10,0% dos municípios com os maiores PIB *per capita* foi 5,1 vezes maior do que o PIB *per capita* dos 60,0% dos municípios com os menores PIB *per capita*. Em todos os cortes, os indicadores da Região Sul são significativamente os menores. Na medida em que o corte dos menores diminui, a variabilidade cresce.

A dispersão da renda, em conjunto com as medidas de posição e de assimetria apresentadas na Tabela 8, permitem distinguir as diferenças regionais em relação à distribuição da renda do País.

**Tabela 8 - Distribuição do Produto Interno Bruto *per capita* pelos quartis, segundo as Grandes Regiões - 2014**

Grandes Regiões	Distribuição do Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)					Coeficiente de assimetria de Bowley
	Mínimo	Quartis			Máximo	
		1º quartil	2º quartil	3º quartil		
<b>Brasil</b>	<b>3 085,49</b>	<b>7 825,89</b>	<b>13 879,48</b>	<b>22 809,39</b>	<b>815 093,79</b>	<b>0,19</b>
Norte	4 295,61	7 902,58	10 829,79	15 022,32	86 821,31	0,18
Nordeste	3 085,49	5 944,00	7 041,15	9 143,65	102 138,11	0,31
Sudeste	4 744,56	10 711,20	16 023,35	23 835,61	815 093,79	0,19
Sul	5 705,63	18 353,86	23 643,50	31 797,97	184 668,72	0,21
Centro-Oeste	7 145,65	14 231,11	19 868,55	29 753,91	282 412,61	0,27

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Como mencionado anteriormente, o PIB *per capita* brasileiro, em 2014, era de R\$ 28 498,21 (CONTAS..., 2016, p. 51, tab. 6), muito superior ao valor do terceiro quartil, que era de R\$ 22 809,39, indicando uma distribuição muito assimétrica. A Região Sul possuía a maior mediana da renda *per capita* entre todas as Grandes Regiões do País, aproximadamente 70% maior do que a mediana da renda nacional. Os quartis da Região Nordeste eram sempre menores do que os obtidos para o Brasil. Apenas 25,0% dos municípios da Região Nordeste possuíam PIB *per capita* superior a R\$ 9 143,65. Todas as regiões apresentaram coeficientes de assimetria positivos, indicando que grande parcela dos municípios possuía PIB *per capita* baixo e uma parcela menor, PIB *per capita* elevado.

Para cada uma das Grandes Regiões calculou-se o número de municípios que possuíam PIB *per capita* atípicos. Considerou-se atípico os municípios cujo *per capita* foram superiores ao terceiro quartil mais uma vez e meia a diferença interquartilica. Desse modo, o conjunto de pontos atípicos representavam 5,1% dos municípios da Região Norte; 9,6% dos municípios da Região Nordeste; 7,8% dos municípios da Região Sudeste; 4,4% dos municípios da Região Sul; e 7,9% dos municípios da Região Centro-Oeste.

---

## **Tabelas de resultados**

**Tabela 1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014**

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São Paulo/SP	1º	628 064 882	10,87	10,87
Rio de Janeiro/RJ	2º	299 849 795	5,19	16,06
Brasília/DF	3º	197 432 059	3,42	19,47
Belo Horizonte/MG	4º	87 656 760	1,52	20,99
Curitiba/PR	5º	78 892 229	1,37	22,36
Manaus/AM	6º	67 572 523	1,17	23,52
Porto Alegre/RS	7º	63 990 644	1,11	24,63
Osasco/SP	8º	58 566 199	1,01	25,65
Campos dos Goytacazes/RJ	9º	58 011 293	1,00	26,65
Campinas/SP	10º	57 673 309	1,00	27,65
Fortaleza/CE	11º	56 728 828	0,98	28,63
Salvador/BA	12º	56 624 041	0,98	29,61
Guarulhos/SP	13º	51 389 524	0,89	30,50
Recife/PE	14º	50 688 395	0,88	31,37
São Bernardo do Campo/SP	15º	47 551 620	0,82	32,20
Barueri/SP	16º	46 151 952	0,80	33,00
Goiânia/GO	17º	46 094 735	0,80	33,79
Jundiaí/SP	18º	36 339 235	0,63	34,42
Sorocaba/SP	19º	32 662 452	0,57	34,99
São José dos Campos/SP	20º	30 927 050	0,54	35,52
Belém/PA	21º	28 706 165	0,50	36,02
Duque de Caxias/RJ	22º	28 675 676	0,50	36,52
Uberlândia/MG	23º	28 342 162	0,49	37,01
Santo André/SP	24º	28 119 591	0,49	37,49
Ribeirão Preto/SP	25º	28 087 397	0,49	37,98
São Luís/MA	26º	26 326 087	0,46	38,43
Contagem/MG	27º	26 275 134	0,45	38,89
Joinville/SC	28º	24 570 851	0,43	39,31
Niterói/RJ	29º	24 522 575	0,42	39,74
Campo Grande/MS	30º	23 902 135	0,41	40,15
Vitória/ES	31º	23 370 919	0,40	40,56
São José dos Pinhais/PR	32º	23 220 247	0,40	40,96
Caxias do Sul/RS	33º	22 376 338	0,39	41,35
Piracicaba/SP	34º	22 040 590	0,38	41,73
Betim/MG	35º	22 024 036	0,38	42,11
Macaé/RJ	36º	21 051 064	0,36	42,47
Cuiabá/MT	37º	20 525 597	0,36	42,83
Santos/SP	38º	20 147 782	0,35	43,18
Natal/RN	39º	19 076 030	0,33	43,51
Maceió/AL	40º	18 302 279	0,32	43,82
Teresina/PI	41º	17 762 266	0,31	44,13
Serra/ES	42º	17 588 904	0,30	44,44
Camaçari/BA	43º	17 562 845	0,30	44,74
João Pessoa/PB	44º	17 462 539	0,30	45,04
Florianópolis/SC	45º	17 328 527	0,30	45,34
Cabo Frio/RJ	46º	17 268 253	0,30	45,64
Itajaí/SC	47º	17 128 932	0,30	45,94
Blumenau/SC	48º	16 767 107	0,29	46,23
São Caetano do Sul/SP	49º	16 153 419	0,28	46,51
Londrina/PR	50º	15 820 903	0,27	46,78

**Tabela 1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014**

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São José do Rio Preto/SP	51º	15 802 010	0,27	47,05
Parauapebas/PA	52º	15 568 461	0,27	47,32
São Gonçalo/RJ	53º	15 495 269	0,27	47,59
Taubaté/SP	54º	15 436 985	0,27	47,86
Nova Iguaçu/RJ	55º	15 142 049	0,26	48,12
Aracaju/SE	56º	14 893 787	0,26	48,38
Paulínia/SP	57º	14 655 384	0,25	48,63
Rio das Ostras/RJ	58º	14 326 822	0,25	48,88
Maringá/PR	59º	14 233 028	0,25	49,13
Diadema/SP	60º	13 910 517	0,24	49,37
Juiz de Fora/MG	61º	13 720 279	0,24	49,60
Mogi das Cruzes/SP	62º	13 367 335	0,23	49,83
Jaboatão dos Guararapes/PE	63º	13 217 350	0,23	50,06
Anápolis/GO	64º	12 714 454	0,22	50,28
Porto Velho/RO	65º	12 609 918	0,22	50,50
Bauru/SP	66º	12 137 134	0,21	50,71
Indaiatuba/SP	67º	12 058 634	0,21	50,92
Sumaré/SP	68º	11 969 866	0,21	51,13
Feira de Santana/BA	69º	11 733 553	0,20	51,33
Aparecida de Goiânia/GO	70º	11 664 369	0,20	51,53
Uberaba/MG	71º	11 605 821	0,20	51,73
Ponta Grossa/PR	72º	11 598 200	0,20	51,93
Petrópolis/RJ	73º	11 366 103	0,20	52,13
Mauá/SP	74º	11 329 503	0,20	52,33
Limeira/SP	75º	11 261 334	0,19	52,52
Vila Velha/ES	76º	10 937 646	0,19	52,71
Gravataí/RS	77º	10 863 524	0,19	52,90
Americana/SP	78º	10 727 869	0,19	53,08
Volta Redonda/RJ	79º	10 536 093	0,18	53,27
Hortolândia/SP	80º	10 171 817	0,18	53,44
Suzano/SP	81º	10 130 268	0,18	53,62
Cotia/SP	82º	10 118 348	0,18	53,79
Canoas/RS	83º	9 995 408	0,17	53,97
Cajamar/SP	84º	9 911 054	0,17	54,14
São Carlos/SP	85º	9 796 013	0,17	54,31
Maricá/RJ	86º	9 752 910	0,17	54,48
Jacareí/SP	87º	9 414 193	0,16	54,64
Cubatão/SP	88º	9 304 123	0,16	54,80
Louveira/SP	89º	9 244 651	0,16	54,96
Cascavel/PR	90º	9 203 923	0,16	55,12
Ipatinga/MG	91º	9 195 774	0,16	55,28
Nova Lima/MG	92º	9 158 234	0,16	55,44
Presidente Kennedy/ES	93º	9 146 167	0,16	55,59
Macapá/AP	94º	8 901 882	0,15	55,75
Itapeví/SP	95º	8 867 669	0,15	55,90
São João da Barra/RJ	96º	8 867 226	0,15	56,06
Foz do Iguaçu/PR	97º	8 721 301	0,15	56,21
Araucária/PR	98º	8 558 227	0,15	56,35
Cariacica/ES	99º	8 517 305	0,15	56,50
Cabo de Santo Agostinho/PE	100º	8 462 097	0,15	56,65

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

**Tabela 2 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014**

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
<b>Norte</b>				
Manaus/AM	1º	67 572 523	21,93	21,93
Belém/PA	2º	28 706 165	9,32	31,25
Parauapebas/PA	3º	15 568 461	5,05	36,30
Porto Velho/RO	4º	12 609 918	4,09	40,40
Macapá/AP	5º	8 901 882	2,89	43,29
Rio Branco/AC	6º	8 192 366	2,66	45,95
Boa Vista/RR	7º	7 339 681	2,38	48,33
Palmas/TO	8º	6 544 297	2,12	50,45
Marabá/PA	9º	6 318 506	2,05	52,50
Ananindeua/PA	10º	5 777 643	1,88	54,38
Altamira/PA	11º	3 950 289	1,28	55,66
Barcarena/PA	12º	3 890 723	1,26	56,92
Santarém/PA	13º	3 789 328	1,23	58,15
Coari/AM	14º	3 096 593	1,01	59,16
Araguaína/TO	15º	3 053 585	0,99	60,15
Tucuruí/PA	16º	2 953 335	0,96	61,11
Canaã dos Carajás/PA	17º	2 810 059	0,91	62,02
Castanhal/PA	18º	2 712 093	0,88	62,90
Ji-Paraná/RO	19º	2 684 653	0,87	63,77
Vilhena/RO	20º	2 168 426	0,70	64,48
Paragominas/PA	21º	2 007 253	0,65	65,13
Ariquemes/RO	22º	1 967 587	0,64	65,77
Santana/AP	23º	1 874 614	0,61	66,38
Cacoal/RO	24º	1 695 900	0,55	66,93
Gurupi/TO	25º	1 683 201	0,55	67,47
Itacoatiara/AM	26º	1 508 254	0,49	67,96
Itaituba/PA	27º	1 438 852	0,47	68,43
Marituba/PA	28º	1 421 180	0,46	68,89
Oriximiná/PA	29º	1 410 765	0,46	69,35
Redenção/PA	30º	1 318 706	0,43	69,78

**Tabela 2 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014**

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
<b>Nordeste</b>				
Fortaleza/CE	1º	56 728 828	7,05	7,05
Salvador/BA	2º	56 624 041	7,03	14,08
Recife/PE	3º	50 688 395	6,30	20,38
São Luís/MA	4º	26 326 087	3,27	23,65
Natal/RN	5º	19 076 030	2,37	26,01
Maceió/AL	6º	18 302 279	2,27	28,29
Teresina/PI	7º	17 762 266	2,21	30,49
Camaçari/BA	8º	17 562 845	2,18	32,68
João Pessoa/PB	9º	17 462 539	2,17	34,84
Aracaju/SE	10º	14 893 787	1,85	36,69
Jaboatão dos Guararapes/PE	11º	13 217 350	1,64	38,34
Feira de Santana/BA	12º	11 733 553	1,46	39,79
Cabo de Santo Agostinho/PE	13º	8 462 097	1,05	40,84
Campina Grande/PB	14º	7 541 055	0,94	41,78
Ipojuca/PE	15º	7 245 824	0,90	42,68
Maracanaú/CE	16º	6 742 786	0,84	43,52
Caruaru/PE	17º	6 239 417	0,77	44,29
Mossoró/RN	18º	6 221 099	0,77	45,07
Lauro de Freitas/BA	19º	5 915 319	0,73	45,80
Imperatriz/MA	20º	5 805 306	0,72	46,52
Caucaia/CE	21º	5 513 528	0,68	47,21
Vitória da Conquista/BA	22º	5 389 877	0,67	47,88
Olinda/PE	23º	5 327 121	0,66	48,54
Petrolina/PE	24º	5 230 472	0,65	49,19
Parnamirim/RN	25º	4 408 474	0,55	49,74
Simões Filho/BA	26º	4 403 676	0,55	50,28
Paulista/PE	27º	4 083 576	0,51	50,79
Luís Eduardo Magalhães/BA	28º	3 825 307	0,48	51,26
Sobral/CE	29º	3 793 940	0,47	51,74
Juazeiro do Norte/CE	30º	3 779 837	0,47	52,21

**Tabela 2 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014**

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
<b>Sudeste</b>				
São Paulo/SP	1º	628 064 882	19,78	19,78
Rio de Janeiro/RJ	2º	299 849 795	9,45	29,23
Belo Horizonte/MG	3º	87 656 760	2,76	31,99
Osasco/SP	4º	58 566 199	1,84	33,83
Campos dos Goytacazes/RJ	5º	58 011 293	1,83	35,66
Campinas/SP	6º	57 673 309	1,82	37,48
Guarulhos/SP	7º	51 389 524	1,62	39,10
São Bernardo do Campo/SP	8º	47 551 620	1,50	40,59
Barueri/SP	9º	46 151 952	1,45	42,05
Jundiaí/SP	10º	36 339 235	1,14	43,19
Sorocaba/SP	11º	32 662 452	1,03	44,22
São José dos Campos/SP	12º	30 927 050	0,97	45,20
Duque de Caxias/RJ	13º	28 675 676	0,90	46,10
Uberlândia/MG	14º	28 342 162	0,89	46,99
Santo André/SP	15º	28 119 591	0,89	47,88
Ribeirão Preto/SP	16º	28 087 397	0,88	48,76
Contagem/MG	17º	26 275 134	0,83	49,59
Niterói/RJ	18º	24 522 575	0,77	50,36
Vitória/ES	19º	23 370 919	0,74	51,10
Piracicaba/SP	20º	22 040 590	0,69	51,79
Betim/MG	21º	22 024 036	0,69	52,49
Macaé/RJ	22º	21 051 064	0,66	53,15
Santos/SP	23º	20 147 782	0,63	53,78
Serra/ES	24º	17 588 904	0,55	54,34
Cabo Frio/RJ	25º	17 268 253	0,54	54,88
São Caetano do Sul/SP	26º	16 153 419	0,51	55,39
São José do Rio Preto/SP	27º	15 802 010	0,50	55,89
São Gonçalo/RJ	28º	15 495 269	0,49	56,38
Taubaté/SP	29º	15 436 985	0,49	56,86
Nova Iguaçu/RJ	30º	15 142 049	0,48	57,34

**Tabela 2 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014**

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
<b>Sul</b>				
Curitiba/PR	1º	78 892 229	8,32	8,32
Porto Alegre/RS	2º	63 990 644	6,75	15,06
Joinville/SC	3º	24 570 851	2,59	17,66
São José dos Pinhais/PR	4º	23 220 247	2,45	20,10
Caxias do Sul/RS	5º	22 376 338	2,36	22,46
Florianópolis/SC	6º	17 328 527	1,83	24,29
Itajaí/SC	7º	17 128 932	1,81	26,10
Blumenau/SC	8º	16 767 107	1,77	27,86
Londrina/PR	9º	15 820 903	1,67	29,53
Maringá/PR	10º	14 233 028	1,50	31,03
Ponta Grossa/PR	11º	11 598 200	1,22	32,26
Gravataí/RS	12º	10 863 524	1,15	33,40
Canoas/RS	13º	9 995 408	1,05	34,45
Cascavel/PR	14º	9 203 923	0,97	35,43
Foz do Iguaçu/PR	15º	8 721 301	0,92	36,34
Araucária/PR	16º	8 558 227	0,90	37,25
São José/SC	17º	7 984 979	0,84	38,09
Santa Cruz do Sul/RS	18º	7 984 043	0,84	38,93
Novo Hamburgo/RS	19º	7 805 986	0,82	39,75
Chapecó/SC	20º	7 713 607	0,81	40,57
Passo Fundo/RS	21º	7 382 564	0,78	41,35
Rio Grande/RS	22º	7 357 681	0,78	42,12
Jaraguá do Sul/SC	23º	6 996 440	0,74	42,86
São Leopoldo/RS	24º	6 745 959	0,71	43,57
Pelotas/RS	25º	6 657 759	0,70	44,27
Criciúma/SC	26º	6 480 936	0,68	44,96
Santa Maria/RS	27º	6 475 629	0,68	45,64
Paranaguá/PR	28º	6 306 433	0,66	46,30
Cachoeirinha/RS	29º	6 167 753	0,65	46,95
Brusque/SC	30º	5 394 835	0,57	47,52

**Tabela 2 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014**

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
<b>Centro-Oeste</b>				
Brasília/DF	1º	197 432 059	36,38	36,38
Goiânia/GO	2º	46 094 735	8,49	44,88
Campo Grande/MS	3º	23 902 135	4,40	49,28
Cuiabá/MT	4º	20 525 597	3,78	53,07
Anápolis/GO	5º	12 714 454	2,34	55,41
Aparecida de Goiânia/GO	6º	11 664 369	2,15	57,56
Rondonópolis/MT	7º	7 643 566	1,41	58,97
Rio Verde/GO	8º	7 377 267	1,36	60,33
Três Lagoas/MS	9º	7 204 774	1,33	61,65
Dourados/MS	10º	6 958 573	1,28	62,94
Várzea Grande/MT	11º	5 907 741	1,09	64,03
Catalão/GO	12º	5 714 646	1,05	65,08
Sorriso/MT	13º	4 437 696	0,82	65,90
Sinop/MT	14º	4 287 335	0,79	66,69
Itumbiara/GO	15º	3 854 405	0,71	67,40
Jataí/GO	16º	3 578 571	0,66	68,06
Luziânia/GO	17º	3 116 626	0,57	68,63
Corumbá/MS	18º	3 101 210	0,57	69,20
Primavera do Leste/MT	19º	2 945 752	0,54	69,75
Lucas do Rio Verde/MT	20º	2 752 160	0,51	70,25
Nova Mutum/MT	21º	2 502 258	0,46	70,71
Senador Canedo/GO	22º	2 392 500	0,44	71,15
Tangará da Serra/MT	23º	2 263 918	0,42	71,57
Ponta Porã/MS	24º	2 091 132	0,39	71,96
Caldas Novas/GO	25º	2 049 751	0,38	72,34
Campo Novo do Parecis/MT	26º	2 028 215	0,37	72,71
Valparaíso de Goiás/GO	27º	1 974 654	0,36	73,07
Mineiros/GO	28º	1 914 160	0,35	73,43
São Simão/GO	29º	1 835 106	0,34	73,76
Cristalina/GO	30º	1 822 694	0,34	74,10

(conclusão)

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

**Tabela 3 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014**

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
<b>Norte</b>				
São Félix do Tocantins/TO	1º	13 840	0,00	0,00
Rio da Conceição/TO	2º	16 908	0,01	0,01
Chapada de Areia/TO	3º	17 136	0,01	0,02
Taipas do Tocantins/TO	4º	18 763	0,01	0,02
Oliveira de Fátima/TO	5º	18 817	0,01	0,03
Juarina/TO	6º	21 278	0,01	0,03
Cachoeirinha/TO	7º	21 536	0,01	0,04
Novo Alegre/TO	8º	21 671	0,01	0,05
Santa Tereza do Tocantins/TO	9º	23 039	0,01	0,06
Porto Alegre do Tocantins/TO	10º	24 504	0,01	0,06
Centenário/TO	11º	24 631	0,01	0,07
Santa Terezinha do Tocantins/TO	12º	25 449	0,01	0,08
Tupiratins/TO	13º	26 036	0,01	0,09
Maurilândia do Tocantins/TO	14º	26 287	0,01	0,10
São Salvador do Tocantins/TO	15º	26 640	0,01	0,11
Novo Jardim/TO	16º	26 937	0,01	0,11
Lizarda/TO	17º	27 007	0,01	0,12
Abreulândia/TO	18º	27 191	0,01	0,13
Monte Santo do Tocantins/TO	19º	27 924	0,01	0,14
Sampaio/TO	20º	28 502	0,01	0,15
Carrasco Bonito/TO	21º	29 078	0,01	0,16
Luzinópolis/TO	22º	29 464	0,01	0,17
Crixás do Tocantins/TO	23º	29 493	0,01	0,18
Angico/TO	24º	30 573	0,01	0,19
Lagoa do Tocantins/TO	25º	30 879	0,01	0,20
Ipueiras/TO	26º	30 990	0,01	0,21
Carmolândia/TO	27º	32 907	0,01	0,22
Recursolândia/TO	28º	32 947	0,01	0,23
Itaporã do Tocantins/TO	29º	33 786	0,01	0,24
Aurora do Tocantins/TO	30º	33 885	0,01	0,25

**Tabela 3 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014**

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
<b>Nordeste</b>				
Santo Antônio dos Milagres/PI	1º	11 675	0,00	0,00
Viçosa/RN	2º	13 107	0,00	0,00
Coxixola/PB	3º	13 749	0,00	0,00
São Luis do Piauí/PI	4º	13 933	0,00	0,01
Aroeiras do Itaim/PI	5º	14 177	0,00	0,01
Miguel Leão/PI	6º	14 261	0,00	0,01
Areia de Baraúnas/PB	7º	14 544	0,00	0,01
Olho D'Água do Piauí/PI	8º	14 608	0,00	0,01
Zabelê/PB	9º	14 827	0,00	0,02
Parari/PB	10º	15 199	0,00	0,02
São Miguel da Baixa Grande/PI	11º	15 556	0,00	0,02
Lagoinha do Piauí/PI	12º	15 956	0,00	0,02
São José do Brejo do Cruz/PB	13º	16 066	0,00	0,02
Quixabá/PB	14º	16 132	0,00	0,03
Francisco Macedo/PI	15º	16 691	0,00	0,03
Amparo/PB	16º	17 079	0,00	0,03
Tamboril do Piauí/PI	17º	17 097	0,00	0,03
Floresta do Piauí/PI	18º	17 467	0,00	0,03
São Miguel do Fidalgo/PI	19º	18 022	0,00	0,04
Riacho de Santo Antônio/PB	20º	18 163	0,00	0,04
Prata do Piauí/PI	21º	18 313	0,00	0,04
Pedro Laurentino/PI	22º	18 511	0,00	0,04
São Domingos do Cariri/PB	23º	18 570	0,00	0,05
João Dias/RN	24º	18 607	0,00	0,05
João Costa/PI	25º	18 650	0,00	0,05
Novo Santo Antônio/PI	26º	19 072	0,00	0,05
Curral Velho/PB	27º	19 190	0,00	0,05
Vera Mendes/PI	28º	19 207	0,00	0,06
Pau D'Arco do Piauí/PI	29º	19 349	0,00	0,06
Barreiras do Piauí/PI	30º	19 557	0,00	0,06

**Tabela 3 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014**

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
<b>Sudeste</b>				
Serra da Saudade/MG	1º	15 342	0,00	0,00
Cedro do Abaeté/MG	2º	15 639	0,00	0,00
São Sebastião do Rio Preto/MG	3º	16 794	0,00	0,00
Paiva/MG	4º	17 117	0,00	0,00
Olaria/MG	5º	18 137	0,00	0,00
Passabém/MG	6º	18 212	0,00	0,00
Antônio Prado de Minas/MG	7º	18 248	0,00	0,00
Senador Cortes/MG	8º	18 713	0,00	0,00
Aracitaba/MG	9º	18 824	0,00	0,00
Pedro Teixeira/MG	10º	20 341	0,00	0,01
Consolação/MG	11º	20 892	0,00	0,01
Itambé do Mato Dentro/MG	12º	20 958	0,00	0,01
Torre de Pedra/SP	13º	21 224	0,00	0,01
Santo Antônio do Rio Abaixo/MG	14º	21 249	0,00	0,01
Santa Salete/SP	15º	21 508	0,00	0,01
Queluzito/MG	16º	21 984	0,00	0,01
Presidente Kubitschek/MG	17º	22 439	0,00	0,01
São Sebastião do Rio Verde/MG	18º	22 466	0,00	0,01
Grupiara/MG	19º	22 723	0,00	0,01
Rochedo de Minas/MG	20º	22 961	0,00	0,01
Silveirânia/MG	21º	22 962	0,00	0,01
Aspásia/SP	22º	23 177	0,00	0,01
Diogo de Vasconcelos/MG	23º	23 269	0,00	0,01
Senador José Bento/MG	24º	23 336	0,00	0,02
Wenceslau Braz/MG	25º	23 366	0,00	0,02
Glaucilândia/MG	26º	23 500	0,00	0,02
Arapeí/SP	27º	23 588	0,00	0,02
Uru/SP	28º	23 726	0,00	0,02
Frei Lagonegro/MG	29º	23 794	0,00	0,02
Santana do Garambéu/MG	30º	23 799	0,00	0,02

**Tabela 3 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014**

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
<b>Sul</b>				
Benjamin Constant do Sul/RS	1º	26 005	0,00	0,00
Santiago do Sul/SC	2º	27 217	0,00	0,01
Jardim Olinda/PR	3º	27 847	0,00	0,01
Coqueiro Baixo/RS	4º	28 389	0,00	0,01
Esperança Nova/PR	5º	30 004	0,00	0,01
Jardinópolis/SC	6º	30 108	0,00	0,02
São Miguel da Boa Vista/SC	7º	30 172	0,00	0,02
Porto Vera Cruz/RS	8º	30 374	0,00	0,02
Carlos Gomes/RS	9º	30 395	0,00	0,03
Paial/SC	10º	31 083	0,00	0,03
Miraselva/PR	11º	31 110	0,00	0,03
Irati/SC	12º	31 404	0,00	0,04
Barra Bonita/SC	13º	32 004	0,00	0,04
Dezesseis de Novembro/RS	14º	32 133	0,00	0,04
Cunhataí/SC	15º	32 666	0,00	0,05
Santa Inês/PR	16º	33 124	0,00	0,05
Flor do Sertão/SC	17º	33 357	0,00	0,05
Nova Aliança do Ivaí/PR	18º	33 816	0,00	0,06
Coronel Pilar/RS	19º	34 643	0,00	0,06
Matos Costa/SC	20º	34 758	0,00	0,07
Santa Tereza/RS	21º	35 060	0,00	0,07
Pinto Bandeira/RS	22º	36 182	0,00	0,07
Santo Antônio do Caiuá/PR	23º	36 671	0,00	0,08
Coronel Martins/SC	24º	37 546	0,00	0,08
Barra do Guarita/RS	25º	37 704	0,00	0,08
Sério/RS	26º	38 047	0,00	0,09
Lajeado do Bugre/RS	27º	38 463	0,00	0,09
Tigrinhos/SC	28º	39 229	0,00	0,10
Ibiam/SC	29º	39 235	0,00	0,10
Pinhal de São Bento/PR	30º	39 479	0,00	0,11

**Tabela 3 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014**

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
<b>Centro-Oeste</b>				
Araguainha/MT	1º	14 285	0,00	0,00
Anhanguera/GO	2º	15 086	0,00	0,01
Serra Nova Dourada/MT	3º	19 669	0,00	0,01
Luciara/MT	4º	21 466	0,00	0,01
Ponte Branca/MT	5º	22 340	0,00	0,02
Cachoeira de Goiás/GO	6º	24 084	0,00	0,02
Jesúpolis/GO	7º	24 856	0,00	0,03
Novo Santo Antônio/MT	8º	25 352	0,00	0,03
Buritinópolis/GO	9º	26 089	0,00	0,04
Guaraíta/GO	10º	26 794	0,00	0,04
Teresina de Goiás/GO	11º	27 279	0,01	0,05
Palmelo/GO	12º	27 708	0,01	0,05
Damianópolis/GO	13º	28 078	0,01	0,06
Guarinos/GO	14º	28 893	0,01	0,06
Adelândia/GO	15º	30 334	0,01	0,07
Moiporá/GO	16º	30 557	0,01	0,07
São Patrício/GO	17º	31 396	0,01	0,08
Nova América/GO	18º	31 975	0,01	0,08
Morro Agudo de Goiás/GO	19º	32 597	0,01	0,09
Lagoa Santa/GO	20º	32 843	0,01	0,10
São José do Povo/MT	21º	33 666	0,01	0,10
Nova Iguaçu de Goiás/GO	22º	33 877	0,01	0,11
Aloândia/GO	23º	34 032	0,01	0,11
Buriti de Goiás/GO	24º	35 271	0,01	0,12
Jaupaci/GO	25º	35 587	0,01	0,13
Damolândia/GO	26º	35 786	0,01	0,13
Nova Roma/GO	27º	35 974	0,01	0,14
Nova Aurora/GO	28º	36 137	0,01	0,15
Sítio d'Abadia/GO	29º	36 371	0,01	0,15
Marzagão/GO	30º	37 500	0,01	0,16

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

**Tabela 4 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto *per capita* e população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014**

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (1) (R\$)	População (2)
Presidente Kennedy/ES	1º	815 093,79	11 221
Ilha Comprida/SP	2º	378 004,88	10 102
Selvíria/MS	3º	282 412,61	6 441
São Gonçalo do Rio Abaixo/MG	4º	261 719,36	10 488
São João da Barra/RJ	5º	258 723,38	34 273
Louveira/SP	6º	216 016,70	42 796
Ilhabela/SP	7º	214 314,27	31 599
Itapemirim/ES	8º	214 282,23	33 952
Quissamã/RJ	9º	205 560,24	22 261
Triunfo/RS	10º	184 668,72	27 638
Barueri/SP	11º	177 811,84	259 555
Porto Real/RJ	12º	172 606,41	17 970
Itatiaiuçu/MG	13º	172 437,18	10 674
Anchieta/ES	14º	171 445,14	27 145
Campos de Júlio/MT	15º	158 964,42	5 969
Paulínia/SP	16º	153 909,16	95 221
Extrema/MG	17º	144 320,88	32 402
Cajamar/SP	18º	140 164,81	70 710
Jeceaba/MG	19º	135 276,20	5 340
Jaguariúna/SP	20º	134 494,91	50 719
Santa Rita do Trivelato/MT	21º	132 591,36	2 935
Confins/MG	22º	130 895,73	6 409
Armação dos Búzios/RJ	23º	130 762,36	30 439
Cristianópolis/GO	24º	125 486,85	3 020
Campos dos Goytacazes/RJ	25º	120 693,92	480 648
Palmeira/SC	26º	119 918,98	2 512
Araporã/MG	27º	119 687,17	6 593
Muitos Capões/RS	28º	119 432,80	3 127
Marataízes/ES	29º	117 077,99	37 535
Piratuba/SC	30º	116 038,67	4 424
Rio das Ostras/RJ	31º	112 657,93	127 171
Itatiaia/RJ	32º	112 159,52	29 996
Luís Antônio/SP	33º	109 141,89	13 046
Tapira/MG	34º	108 594,44	4 484
Saudade do Iguaçu/PR	35º	105 458,88	5 333
Horizontina/RS	36º	103 535,12	19 174
Nova Lima/MG	37º	103 282,14	88 672
São Caetano do Sul/SP	38º	102 753,85	157 205
Vinhedo/SP	39º	102 594,74	71 217
Cairu/BA	40º	102 138,11	17 457
Perolândia/GO	41º	100 687,04	3 090
Pinhal da Serra/RS	42º	98 696,07	2 138
Chapadão do Céu/GO	43º	97 885,68	8 318
São Simão/GO	44º	97 591,27	18 804
Tasso Fragoso/MA	45º	97 387,29	8 219
Alto Taquari/MT	46º	95 193,70	9 376
Paraty/RJ	47º	91 769,56	39 965
Nova Bassano/RS	48º	91 724,62	9 412
Macaé/RJ	49º	91 676,24	229 624
Jundiá/SP	50º	91 312,64	397 965

**Tabela 4 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto *per capita* e população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2014**

(conclusão)			
Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (1) (R\$)	População (2)
Casimiro de Abreu/RJ	51º	91 267,29	39 414
Alto Horizonte/GO	52º	88 837,82	5 307
Davinópolis/GO	53º	88 624,15	2 123
Catas Altas/MG	54º	87 968,85	5 184
Borá/SP	55º	87 578,42	835
Ipeúna/SP	56º	86 883,95	6 778
Canaã dos Carajás/PA	57º	86 821,31	32 366
Mariana/MG	58º	86 042,63	58 233
Tupandi/RS	59º	85 412,58	4 309
Queiroz/SP	60º	85 296,04	3 114
Alumínio/SP	61º	85 174,71	17 924
Itajaí/SC	62º	84 983,07	201 557
Parauapebas/PA	63º	84 910,23	183 352
Osasco/SP	64º	84 478,07	693 271
Cabo Frio/RJ	65º	84 447,12	204 486
Reserva do Cabaçal/MT	66º	83 881,22	2 621
Indianópolis/PR	67º	83 849,20	4 469
André da Rocha/RS	68º	83 567,70	1 286
Diamantino/MT	69º	82 486,34	20 945
Aratiba/RS	70º	82 423,11	6 663
Ouro Branco/MG	71º	82 185,95	37 878
Sapezal/MT	72º	81 549,26	21 811
Paranaíta/MT	73º	81 433,04	10 823
Ipojuca/PE	74º	80 814,45	89 660
Brumadinho/MG	75º	79 293,99	37 314
São José dos Pinhais/PR	76º	79 267,84	292 934
Ouro Preto/MG	77º	79 116,61	73 700
Ipiranga do Norte/MT	78º	78 912,83	6 347
São Desidério/BA	79º	78 114,10	32 078
Sebastianópolis do Sul/SP	80º	77 267,53	3 293
Araçariquama/SP	81º	76 085,74	19 636
Itabirito/MG	82º	76 075,77	49 203
Mangaratiba/RJ	83º	75 329,80	40 008
Cachoeira Dourada/GO	84º	74 396,10	8 399
Cubatão/SP	85º	73 780,76	126 105
São Francisco do Conde/BA	86º	73 266,43	38 838
Brejo Alegre/SP	87º	73 199,38	2 746
Cordeirópolis/SP	88º	73 168,14	22 945
Santo Antônio do Leste/MT	89º	73 126,81	4 435
Capão do Cipó/RS	90º	71 853,85	3 354
Itiquira/MT	91º	71 683,25	12 293
Pomerode/SC	92º	70 901,56	30 598
Barra Velha/SC	93º	69 743,07	25 662
Imigrante/RS	94º	69 627,12	3 141
Sandovalina/SP	95º	69 569,10	4 026
São Francisco do Sul/SC	96º	69 473,07	47 547
Brasília/DF	97º	69 216,80	2 852 372
Boa Vista do Cadeado/RS	98º	68 958,38	2 522
Congonhas/MG	99º	68 635,77	52 280
Paraíso das Águas/MS	100º	68 272,67	5 047

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.

---

## Referências

ACTUALIZACIÓN del sistema de cuentas nacionales 1993 (SCN 1993): conjunto completo de recomendaciones provisionales: documento para discusión de los participantes. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal; Guatemala: Banco de Guatemala, 2006. 68 p. Trabalho apresentado pelo Grupo de Expertos Asesores del Proceso de Actualización del SCN 1993, no Seminario Latinoamericano de Cuentas Nacionales, realizado na Guatemala, 2006. Disponível em: <[http://www.cepal.org/deype/noticias/noticias/3/26983/actualizacionscn93\\_aeg.pdf](http://www.cepal.org/deype/noticias/noticias/3/26983/actualizacionscn93_aeg.pdf)>. Acesso em: nov. 2016.

CONTAS regionais do Brasil 2010-2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. 93 p. (Contas nacionais, n. 47). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2013/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2016.

CONTAS regionais do Brasil 2010-2013. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2013/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2016.

NOTA metodológica da série do PIB dos municípios: referência 2010 (versão para informação e comentários). Versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2015. 5 p. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib\\_Municipios/Notas\\_Metodologicas\\_2010/NotaMetodologicaPIB\\_MunicipiosRef2010.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/Notas_Metodologicas_2010/NotaMetodologicaPIB_MunicipiosRef2010.pdf)>. Acesso em: nov. 2016.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL: culturas temporárias e permanentes 2013. Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, 2014. Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2013/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2016.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2010-2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. 93 p. (Contas nacionais, n. 44). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2011/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2016.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2010-2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. 69 p. (Contas nacionais, n. 46). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2016.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2010-2013. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2015c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2016.

---

## **Apêndices**

**1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios**

**2 - Índice de Gini, por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2014**

**Apêndice 1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios**

(continua)

Setores/ subsetores de atividades	Indicadores	Fontes
<b>Agropecuária</b>		
Agricultura, pecuária e produção florestal	Valor bruto da produção e efetivo dos rebanhos	PAM, PPM, PEVS, Censo Agropecuário 2006
Pesca e aquicultura	Pesca: Pessoal ocupado	Censo Demográfico 2010
	Aquicultura: Valor bruto da produção	PPM
<b>Indústria</b>		
Indústria extrativa mineral	Petróleo e gás natural: Quantidade produzida	ANP
	Demais produtos: Valor das saídas de mercadorias	SEFAZ
Indústrias de transformação	Valor das saídas de mercadorias por segmento	SEFAZ
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	Geração de energia elétrica: Valor adicionado bruto da empresa	Contas Regionais, empresas de energia
	Transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica: Consumo de energia elétrica	Empresas de energia
	Distribuição de gás e água e esgoto: Volume faturado	Empresas de gás natural, SNIS
	Gestão de resíduos e recuperação de materiais: Valor adicionado bruto municipal das atividades transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e água e esgoto	PIB dos Municípios
Construção Civil	Empresas não financeiras: Pessoal ocupado na atividade	CEMPRE
	Famílias: Valor adicionado bruto municipal das atividades lavouras temporárias e permanentes; comércio varejista; serviços de alojamento e alimentação; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde mercantis; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; serviços domésticos	PIB dos Municípios
<b>Serviços</b>		
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	Valor das saídas de mercadorias por segmento	SEFAZ
Serviços de alojamento e alimentação	Valor das saídas de mercadorias e salário	SEFAZ, CEMPRE
Transportes, armazenagem e correio	Transporte terrestre - Passageiro: Valor adicionado bruto municipal das atividades comércio varejista; serviços de alojamento e alimentação; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde mercantis; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; serviços domésticos	PIB dos Municípios
	Transporte terrestre - Carga: Valor bruto da produção municipal das atividades agropecuária, indústria extrativa mineral, indústria de transformação, comércio e serviços de manutenção e reparação, transportes aquaviário, aéreo e correios	PIB dos Municípios
	Transporte aéreo: Carga e passageiros embarcados	INFRAERO, ANAC
	Transporte aquaviário: Carga embarcada	ANTAQ
	Correios: Receita operacional	ECT
	Armazenagem e outros: Valor adicionado bruto municipal das atividades cultivo de cereais, soja, café e algodão; indústria extrativa mineral; indústria de transformação; comércio e serviços de manutenção e reparação; transportes (exceto armazenagem)	PIB dos Municípios

**Apêndice 1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios**

(conclusão)

Setores/ subsetores de atividades	Indicadores	Fontes
<b>Serviços</b>		
Serviços de informação	Telecomunicações: Valor adicionado bruto municipal das atividades comércio varejista; serviços de alojamento e alimentação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde mercantis; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Demais serviços: Pessoal ocupado	PIB dos Municípios  CEMPRE
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	Valor das operações ativas e passivas selecionadas	BACEN
Atividades imobiliárias	Consumo de energia elétrica residencial e comercial	Empresas de energia
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	Parcela relativa à contribuição das sedes de empresas: Pessoal ocupado  Demais parcelas: Valor adicionado bruto municipal das atividades indústria extrativa mineral; indústria de transformação; comércio e serviços de manutenção e reparação (exceto atacadista de combustíveis); transportes (exceto armazenagem e passageiros); serviços de informação (apenas demais serviços); intermediação financeira, seguros e previdência complementar; administração pública esfera municipal	CEMPRE  PIB dos Municípios
Administração, educação e saúde públicas, defesa e seguridade social	Esferas federal e estadual: População	IBGE
	Esfera municipal: Despesa realizada pelas prefeituras com pessoal ativo	FINBRA, TCE, TCM
Educação mercantil	Número de matrículas	INEP
Saúde mercantil	Pessoal ocupado	RAIS
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos	Valor adicionado bruto municipal das atividades lavouras temporárias e permanentes; comércio varejista; serviços de alojamento e alimentação; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde mercantis; construção civil (empresas não financeiras)	PIB dos Municípios

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

**Apêndice 2 - Índice de Gini, por atividade econômica,  
segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2014**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Índice de Gini, por atividade econômica				Produto Interno Bruto
	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)	Administração Pública	
<b>Brasil</b>	<b>0,60</b>	<b>0,90</b>	<b>0,90</b>	<b>0,75</b>	<b>0,86</b>
<b>Norte</b>	<b>0,54</b>	<b>0,93</b>	<b>0,88</b>	<b>0,66</b>	<b>0,80</b>
Rondônia	0,30	0,84	0,80	0,60	0,69
Acre	0,31	0,83	0,86	0,60	0,71
Amazonas	0,55	0,96	0,93	0,67	0,88
Roraima	0,32	0,86	0,87	0,65	0,75
Pará	0,48	0,89	0,83	0,55	0,73
Amapá	0,38	0,81	0,85	0,72	0,77
Tocantins	0,53	0,86	0,84	0,59	0,71
<b>Nordeste</b>	<b>0,64</b>	<b>0,90</b>	<b>0,87</b>	<b>0,61</b>	<b>0,80</b>
Maranhão	0,51	0,89	0,81	0,53	0,72
Piauí	0,69	0,92	0,87	0,59	0,78
Ceará	0,48	0,89	0,86	0,60	0,79
Rio Grande do Norte	0,63	0,89	0,88	0,65	0,80
Paraíba	0,56	0,92	0,87	0,61	0,79
Pernambuco	0,60	0,90	0,86	0,60	0,80
Alagoas	0,57	0,89	0,85	0,57	0,75
Sergipe	0,48	0,81	0,83	0,59	0,73
Bahia	0,64	0,89	0,84	0,56	0,78
<b>Sudeste</b>	<b>0,57</b>	<b>0,90</b>	<b>0,91</b>	<b>0,80</b>	<b>0,88</b>
Minas Gerais	0,61	0,90	0,86	0,68	0,83
Espírito Santo	0,43	0,84	0,80	0,62	0,77
Rio de Janeiro	0,55	0,84	0,85	0,76	0,83
São Paulo	0,53	0,86	0,90	0,79	0,88
<b>Sul</b>	<b>0,46</b>	<b>0,84</b>	<b>0,84</b>	<b>0,70</b>	<b>0,78</b>
Paraná	0,42	0,86	0,84	0,69	0,78
Santa Catarina	0,43	0,78	0,82	0,68	0,76
Rio Grande do Sul	0,48	0,86	0,84	0,72	0,78
<b>Centro-Oeste</b>	<b>0,61</b>	<b>0,86</b>	<b>0,89</b>	<b>0,87</b>	<b>0,84</b>
Mato Grosso do Sul	0,49	0,82	0,78	0,63	0,69
Mato Grosso	0,59	0,80	0,80	0,63	0,71
Goiás	0,61	0,86	0,85	0,72	0,79

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

(1) Exclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social

---

## Glossário

**ajustamento CIF/FOB** Conciliação das diferentes avaliações utilizadas na importação: o total da importação é avaliado a preços FOB (do Inglês *Free on Board*, que exclui as despesas com fretes e seguros) e na abertura por produto, a preços CIF (do Inglês *Cost, Insurance and Freight*, que inclui despesas com fretes e seguros).

**apoio diagnóstico e terapêutico** Grupo de procedimentos médicos e de saúde utilizados como atividades complementares ao diagnóstico (exames de diagnóstico que complementam o exame clínico) e tratamento (procedimentos terapêuticos que dão suporte e complementam outras medidas terapêuticas, como, por exemplo, hemoterapia, oxigenoterapia e nutrição enteral).

**atividade econômica** Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

**capacidade ou necessidade de financiamento** Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado através da emissão de passivos financeiros.

**capacidade ou necessidade de financiamento nas estatísticas fiscais** Resultado operacional líquido menos a aquisição líquida de ativos não financeiros (ou resultado operacional bruto menos a aquisição líquida de ativos não financeiros, excluído também o consumo de capital fixo). Também é igual à aquisição líquida de ativos financeiros menos o incorrimento líquido de passivos. É um indicador sintético que

revela a medida em que o governo põe recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores.

**carga tributária bruta** Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições e o produto interno bruto.

**carga tributária líquida** Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzido das despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto.

**coeficiente de assimetria de Bowley** Relação, na sua formulação clássica, definida entre a soma do primeiro quartil com o terceiro quartil menos duas vezes a mediana e a diferença entre o terceiro e o primeiro quartis.

**consumo final efetivo das famílias** Despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

**consumo final efetivo do governo** Despesas efetuadas pelo governo com serviços de caráter coletivo.

**consumo intermediário** Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

**contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores** Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao Programa de Formação da Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

**contribuições sociais imputadas dos empregadores** Diferença entre os benefícios sociais pagos pelo governo diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

**curva de Lorenz** Representação da distribuição do valor adicionado bruto das atividades entre os municípios. No eixo horizontal, está a proporção acumulada dos municípios e, no vertical, a proporção acumulada do valor adicionado bruto, permitindo identificar a parcela do valor adicionado bruto total acumulada pelos municípios. No caso em que todos os municípios têm a mesma parcela do valor adicionado bruto, ou seja, no caso de perfeita igualdade, o gráfico é representado pela reta de 45 graus. Quanto mais distante a curva estiver dessa reta, maior a desigualdade na distribuição do valor adicionado bruto entre os municípios.

**deflator** Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

**deflator do PIB** Variação média dos preços da economia no período em relação à média dos preços no período anterior. Para os produtos produzidos em cada atividade econômica, são utilizados métodos de extrapolação por índices de volume ou deflação por índices de preços. O mesmo se aplica ao preço dos produtos no consumo intermediário e, portanto, o preço do valor adicionado bruto para cada atividade resulta da combinação dos índices utilizados.

**despesas de consumo final das famílias** Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

**despesas de consumo final do governo** Despesas com bens e serviços individuais e coletivos disponibilizados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). São valoradas ao custo de sua produção.

**diálise** Técnica de tratamento usada na insuficiência renal. A função ausente ou deficiente do rim do paciente é compensada por uma técnica de “filtragem” e limpeza do sangue do paciente por meio de equipamento (hemodiálise) ou uso de líquidos especiais introduzidos no abdome (diálise peritoneal).

**entradas de mercadorias** Mercadorias e insumos adquiridos para a comercialização/industrialização ou para a prestação de serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação.

**especialidade farmacêutica** Produto oriundo da indústria farmacêutica, com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e disponível no mercado.

**estabelecimento de saúde com internação** Estabelecimento que possui instalações físicas específicas destinadas à acomodação de pacientes para permanência por um período mínimo de 24 horas. Os hospitais-dia não são considerados unidades com internação.

**estabelecimento de saúde sem internação** Estabelecimento que possui instalações físicas específicas destinadas ao atendimento de pessoas em tipo de não internação (atendimento ambulatorial ou de emergência).

**excedente operacional bruto** Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

**exportação de bens e serviços** Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

**farmoquímico** Substância química ativa usada como insumo na produção de medicamentos.

**formação bruta de capital fixo** Acréscimos ao estoque de ativos fixos destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

**Government finance statistics manual** Conjunto de princípios econômicos e estatísticos bem como diretrizes a serem utilizados na compilação e na apresentação das estatísticas fiscais, dentro de um marco analítico que inclui a avaliação patrimonial. Descreve a estrutura estatística macroeconômica projetada para apoiar a análise fiscal.

**hemoterapia** Serviço de terapia por meio da utilização de derivados do sangue.

**importação de bens e serviços** Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete.

**impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos** Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos,

vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários, descontando os subsídios.

**impostos sobre a produção e importação** Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

**impostos sobre produtos** Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

**índice de Gini** Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). No caso específico do cálculo do PIB dos Municípios, mede o grau de desigualdade existente na distribuição dos municípios segundo o valor adicionado bruto de cada município. Seu valor varia de zero, caso em que não há desigualdade, ou seja, o valor adicionado bruto é o mesmo para todos os municípios, até um, quando a desigualdade é máxima (apenas um município detém o valor adicionado bruto total e o valor adicionado bruto de todos os outros municípios é nulo). O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus.

**margem de comércio** Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

**margem de transporte** Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

**métodos gráficos** Exames usados principalmente nas áreas de cardiologia, pneumologia e neurologia, nos quais a função dos órgãos examinados é representada graficamente. Os exemplos mais conhecidos são o eletrocardiograma para a função do coração, as provas de função pulmonar para avaliar as atividades do pulmão, e o eletroencefalograma para a atividade cerebral.

**ocupações** Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

**orçamento da seguridade social** Orçamento que abrange todas as entidades, fundos e fundações da administração direta e indireta, instituídos e mantidos pelo Poder público, vinculados à seguridade social. O orçamento da seguridade social integra a Lei Orçamentária Anual.

**orçamento fiscal** Orçamento dos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. O orçamento fiscal integra a Lei Orçamentária Anual.

**outros impostos sobre a produção** Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

**população residente 1.** (*Censo Demográfico*) pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data de referência da pesquisa, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

2. (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*) pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

**poupança bruta** Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

**procedimento (médico ou de saúde)** Qualquer intervenção ou ação executada por médico ou profissional de saúde no sentido de prevenir a doença (aplicação de vacina, por exemplo); curar (cirurgia de vias biliares, por exemplo); ou reabilitar o paciente (consulta de fisioterapia, por exemplo).

**produto interno bruto** Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção – o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa – o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; e c) da renda – o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

**quimioterapia** Serviço de terapia com a utilização de quimioterápicos.

**radiodiagnóstico** Técnicas de diagnóstico baseadas no uso de radiação como, por exemplo, radiografias e tomografias computadorizadas.

**radioterapia** Serviço de terapia utilizada, principalmente, no tratamento do câncer, e que consiste na aplicação de radiação na região do tumor.

**receita disponível do governo** Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

**receita tributária** Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

**regime de caixa** Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, apenas os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.

**regime de competência** Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, os fatos contábeis ocorridos durante o exercício.

**remuneração dos empregados** Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

**renda de propriedade** Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido, como terrenos.

**renda disponível bruta** Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

**renda nacional bruta 1.** Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção recebidos do resto do mundo.

2. Produto interno bruto menos as remunerações líquidas enviadas ao exterior menos as rendas de propriedade líquidas enviadas ao exterior.

**rendimento misto bruto** Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (autônomos), que não pode ser identificada separadamente se proveniente do capital ou do trabalho.

**restos a pagar** Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

**resultado operacional líquido** Receita menos despesa. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo. Capta todos os custos correntes das operações governamentais. O resultado operacional bruto corresponde a receita menos despesa distinta do consumo de capital fixo.

**resultado primário ou capacidade ou necessidade líquida de financiamento primária** Indicador de capacidade ou necessidade de financiamento menos as despesas de juros líquidas.

**saídas de mercadorias** Mercadorias ou serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação.

**salários e ordenados** Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

**saldo das transações correntes com o resto do mundo** Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

**serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM)** Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

**setor institucional** Conjunto de unidades institucionais, que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

**sistema único de saúde - SUS** Criado pela Constituição Federal do Brasil de 1988, é um sistema de atenção à saúde universal e cobre toda a população brasileira. É financiado com recursos públicos provenientes das três esferas de governo (federal, estadual e municipal). O SUS é responsável pela oferta de serviços de saúde à população em todos os níveis de atenção (promoção, prevenção, curativa e reabilitação). A rede de serviços de saúde do SUS compreende estabelecimentos de propriedade do setor público e estabelecimentos privados e filantrópicos conveniados ao SUS. Além de oferecer atenção à saúde individual, inclusive farmacêutica, o SUS é responsável por ações que promovem a saúde coletiva da população, as quais incluem participação na preparação de recursos humanos para a saúde, saúde do trabalhador, vigilância epidemiológica, vigilância nutricional e vigilância sanitária.

**subsídios à produção** Transferências correntes sem contrapartida do governo destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

**System of national accounts** Conjunto de normas aceitas internacionalmente e recomendações relacionadas à elaboração de indicadores da atividade econômica, de acordo com convenções contábeis, baseadas em princípios econômicos. As recomendações representam um conjunto de conceitos, definições, classificações e regras contábeis para a apuração de indicadores, como o Produto Interno Bruto - PIB, indicador de resultado econômico utilizado com maior frequência.

**território econômico** Território sob efetivo controle econômico de um governo, dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

**transferências** Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

**transferências correntes** Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

**transferências de capital** Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

**turismo médico** Viagem de pessoa não residente para realização de tratamento ou intervenção de saúde. O tratamento ou intervenção geralmente é financiado pela própria pessoa e pode não existir – ou ser oferecido a preço mais alto e/ou qualidade inferior – em seu país de origem. Há indicações de que é comum na área de cirurgia estética.

**unidade local** Espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

**unidade residente** Unidade que mantém o centro de interesse econômico predominante no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

**valor adicionado bruto** Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

**valor adicionado fiscal** Valor das saídas de mercadorias mais o valor das prestações de serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação deduzidos dos valores das entradas de mercadorias e insumos utilizados.

**variação de estoques** Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

---

# Equipe técnica

## Diretoria de Pesquisas

### Coordenação de Contas Nacionais

Rebeca de La Rocque Palis

### Equipe

Alessandra Soares da Poça

Amanda Mergulhão Santos Barros

Amanda Rodrigues Tavares

André Artur Pompéia Cavalcanti

Bárbara de Oliveira Brasil Correa

Camila Unis Krepsky

Carlos Cesar Bittencourt Sobral

Carmen Maria Gadea de Souza

Christina Elisabeth Fischer Mattoso Maia Forte

Cláudia Coelho Reis

Claudia Dionisio Estermínio

Cristiano de Almeida Martins

Douglas Moura Guanabara

Evaldo Gomes Rangel

Felipe de Oliveira Sampaio

Filipe Keuper Rodrigues Pereira

Flávia Caheté Lopes Carvalho

Frederico Sérgio Gonçalves Cunha

Guilherme Cunha Coutinho Barros

Gustavo Chalhoub Garcez

Hugo Araújo Saramago

João Hallak Neto

José Luiz de Moraes Ferreira Louzada

Julio Cesar Siqueira  
Katia Namir Machado Barros  
Luiz Fernando de Faria Pereira  
Marcio Resende Ferrari Alves  
Michel Vieira Lapip  
Patrícia Schmitt Fontenelle  
Paula Mendonça Arruda  
Paulo Henrique Polly Montoya  
Raimundo Tavares Guedes  
Raquel Callegario Gomes  
Rebeca de La Rocque Palis  
Ricardo Montes Moraes  
Rodrigo Vieira Ventura  
Samuel Cruz dos Santos  
Sheila Cristina Zani  
Tássia Gazé Holguin  
Teresa Cristina Bastos  
Valdilson Batista de Moraes  
Vera Lúcia Duarte Magalhães  
Victor Hugo Martins Bello Honaiser

**Comitê técnico**

Raquel Callegario Gomes  
Sheila Cristina Zani  
Adriane Isabelle Fagundes dos Santos  
Alex Ribeiro  
Breno Augusto de Barros Antunes  
Dinamar Maria Ferreira Marques  
Eliandres Pereira Saldanha  
Joao Paulo Caetano Santos  
Juarez Meneghetti  
Maria Gláucia Pacheco Moreira  
Martinho Roberto Lazzari  
Patry Marques Boscá  
Reinaldo Carvalho de Moraes  
Roberto Rocha  
Wilson Grimaldi

**Colaboradores****Diretoria de Geociências****Coordenação de Geografia**

Cláudio Stenner

**Gerência de Atlas**

Adma Haman de Figueiredo

**Elaboração dos mapas**

Jorge Kleber Teixeira Silva

José Carlos Louzada Morelli

## **Órgãos Estaduais de Estatística**

### **Rondônia**

#### **Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG/RO**

Teresa Cristina Simoni  
Hilda Coelho Gomes Denny

### **Acre**

#### **Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN/AC**

Claudia Lima Saldanha  
Arlene de Nazaré Silva Pessoa  
Shirley Brana Vilela

### **Amazonas**

#### **Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia, e Inovação - SEPLAN-CTI/AM**

Francisco Alves de Freitas  
Casemiro Rodrigues de Souza  
Eliezer da Silva Pinto  
José Sandro da Mota Ribeiro  
Julio Afonso da Silva Filho

### **Roraima**

#### **Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima - SEPLAN/RR**

Milton Antonio do Nascimento  
Fábio Rodrigues Martinez  
Natalino Araújo Paiva

### **Pará**

#### **Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA**

José Dias de Carvalho Zurutuza  
Maria Gláucia Pacheco Moreira  
Mayara Oeiras Pedroso - Estagiária  
Sérgio Castro Gomes

### **Amapá**

#### **Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN/AP**

Carlos José Gonçalves Neves  
Leila Sílvia Sacramento Balieiro de Souza  
Regina Celis Martins Ferreira

### **Tocantins**

#### **Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN/TO**

Kézia Araújo Dias  
Geizianne Pereira da Cunha  
Grazielle Azevedo Evangelista

**Maranhão****Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC**

Dionatan Silva Carvalho  
Anderson Nunes Freire  
Rafael Thalysson Costa Silva

**Piauí****Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO**

Manfredi Mendes de Cerqueira Júnior  
Alcides Martins Nunes Filho  
Delso Ribeiro de Carvalho  
Evaristo Alves dos Reis Júnior  
Maria Egídia Soares Andrade

**Ceará****Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE**

Nicolino Trompieri Neto  
Alexsandre Lira Cavalcante  
Ana Cristina Lima Maia Souza  
Fátima Juvenal de Sousa  
Margarida Maria Sérgio do Nascimento  
Witalo Lima Paiva

**Rio Grande do Norte****Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA**

José Leônidas Galvão Neto  
Wagner Rodrigues

**Paraíba****Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual - IDEME**

Leilah Silva Barros  
Geraldo Lopes de Oliveira  
Rosimélia Lima Santos de Araújo  
Simone Ana Olimpico

**Pernambuco****Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM**

Wilson Grimaldi  
André Luiz da Silva  
Claudia Baptista Ferreira Pereira  
Daniel Oliveira Paiva da Silva  
Fernando Mota Maia Neto  
Laudecina Alves Pereira  
Rodolfo Guimarães Regueira da Silva

## **Alagoas**

### **Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG**

Roberson Leite Silva Junior  
Gilvandro Freitas  
Márcia Núbia Barbosa Lopes  
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

## **Sergipe**

### **Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG**

Márcia de Andrade Bastos  
Maysa Ismerim Oliveira

## **Bahia**

### **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI**

Simone Borges Medeiros Pereira  
Carol Araújo Vieira  
Denis Veloso da Silva  
João Paulo Caetano Santos  
Karina Maria das Graças Carneiro da Silva

## **Minas Gerais**

### **Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações - FJP/CEI**

Reinaldo Carvalho de Moraes  
Caio César Soares Gonçalves  
Carla Cristina Aguilhar de Souza  
Glauber Flaviano Silveira  
Marco Paulo Vianna Franco  
Maria Aparecida Sales Souza Santos  
Marilene Cardoso Gontijo  
Raimundo de Sousa Leal Filho  
Thiago Rafael Corrêa de Almeida

## **Espírito Santo**

### **Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN**

Edna Moraes Tresinari  
Gustavo Ribeiro

## **Rio de Janeiro**

### **Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ**

Seráfita Azeredo Ávila  
Ana Cristina Xavier Andrade  
Armando de Souza Filho  
Rodrigo Santos Martins

**São Paulo****Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE**

Vagner Bessa  
Regiane Lenardon  
Alfredo Sant'anna Júnior  
José Roberto Rodrigues  
Maria Rosa Borin  
Odete Ferreira Salsa

**Paraná****Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social -****IPARDES**

Adriane Isabelle Fagundes dos Santos  
Cassiano Corrêa de Oliveira  
Ricardo Kureski

**Santa Catarina****Secretaria de Estado do Planejamento - SPG**

Alex Ribeiro  
Carlos Mestre Crespo Luz  
Paulo Zoldan

**Rio Grande do Sul****Fundação de Economia e Estatística - FEE**

Roberto Rocha  
Antônio Albano de Freitas  
Carlos Bertolli de Gouveia  
Cesar Conceição  
Guilherme Risco  
Juarez Meneghetti  
Martinho Roberto Lazzari  
Vinícius Dias Fantinell

**Mato Grosso do Sul****Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Econômico - SEMADE/MS**

Eliandres Pereira Saldanha  
Renato Prado Siqueira

**Mato Grosso****Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN/MT**

Breno Augusto de Barros Antunes  
Eduardo Matsubara  
Elieni Carrias da Silva

## **Goiás**

### **Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - IMB/SEGPLAN /GO**

Dinamar Maria Ferreira Marques

Juliana Dias Lopes

Luiz Batista Alves

Sérgio Borges Fonseca Júnior

## **Distrito Federal**

### **Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN**

Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira

Sandra Regina Andrade Silva

## **Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa**

Ana Claudia de Azevedo Monteiro

Ana Maria Oliveira de Souza

Edimary Porto Dias

Evelyne Lima de Souza

Patry Marques Boscá

Renato Mendes Freitas

## **Projeto Editorial**

### **Centro de Documentação e Disseminação de Informações**

#### **Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

#### **Gerência de Editoração**

##### **Estruturação textual, tabular e de gráficos**

Beth Fontoura

Fernanda Maciel Jardim

Katia Vaz Cavalcanti

Marisa Sigolo

##### **Diagramação tabular e de gráficos**

Beth Fontoura

Solange Maria Mello de Oliveira

##### **Diagramação textual**

Carlos Amaro Feliciano da Silva

##### **Programação visual da publicação**

Luiz Carlos Chagas Teixeira

##### **Produção do e-book**

Roberto Cavararo

#### **Gerência de Documentação**

##### **Elaboração de quartas capas**

Ana Raquel Gomes da Silva

**Gerência de Gráfica****Impressão e acabamento**

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

**Gráfica Digital****Impressão**

Ednalva Maia do Monte

---

## Contas nacionais

Matriz de insumo-produto: Brasil 1980. (Série relatórios metodológicos, v. 7).

Matriz de insumo-produto: Brasil. (Série relatórios metodológicos, v. 18).

Sistema de contas nacionais: Brasil, 2ª edição. (Série relatórios metodológicos, v. 24).

Produto Interno Bruto dos Municípios, 2ª edição (Série relatórios metodológicos, v.29).

Contas Regionais do Brasil (Série relatórios metodológicos, v.37).

Brasil: novo sistema de contas nacionais, metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. 2 v. (Textos para discussão, n. 10).

Novo sistema de contas nacionais, séries correntes 1981-85. 2 v. (Textos para discussão, n. 51).

Sistema de contas nacionais, tabelas de recursos e usos: metodologia. (Textos para discussão, n. 88).

Setor e emprego informal no Brasil: análise dos resultados da nova série do sistema de contas nacionais. (Texto para discussão, n. 31).

Codificar para contar (Texto para discussão, n. 53).

O sistema de contas nacionais: evolução, principais conceitos e sua implantação no Brasil (Textos para discussão, n. 51).

Matriz de insumo-produto: Brasil 1985. 2 disquetes; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1990.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1991. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1992. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1993. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1994. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1995.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1996.

Matriz de insumo-produto: Brasil 2002/2005. (Contas nacionais, n. 23).

Matriz de insumo-produto: Brasil 2010. (Contas nacionais, n. 51).

Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: 1990-1995; v. 2: 1996.

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1997. (Contas nacionais, n. 1).

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. (Contas nacionais, n. 2).

Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: Tabelas de recursos e usos 1995-1999; v.2: Contas econômicas integradas 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4).

Sistema de contas nacionais: Brasil 1998-2000. (Contas nacionais, n. 7).

Sistema de contas nacionais: Brasil 1999-2001. (Contas nacionais, n. 9).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. (Contas nacionais, n. 10).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 12).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2005. (Contas nacionais, n. 19).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2005. (Contas nacionais, n. 20).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2002-2006. (Contas nacionais, n. 24).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 27).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 31).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2005-2009. (Contas nacionais, n. 34).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2010-2011. (Contas nacionais, n. 44).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2010-2013. (Contas nacionais, n. 46).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2010-2014. (Contas nacionais, n. 52).

Contas regionais do Brasil 1985-1997. (Contas nacionais, n. 3).

Contas regionais do Brasil 1998. (Contas nacionais, n. 5).

Contas regionais do Brasil 1999. (Contas nacionais, n. 6).

Contas regionais do Brasil 2000. (Contas nacionais, n. 8).

Contas regionais do Brasil 2001. (Contas nacionais, n. 11).

Contas regionais do Brasil 2002. (Contas nacionais, n. 13).

Contas regionais do Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 15).

Contas regionais do Brasil 2004. (Contas nacionais, n. 17).

Contas regionais do Brasil 2002-2005. (Contas nacionais, n. 21).

Contas regionais do Brasil 2003-2006. (Contas nacionais, n. 25).

Contas regionais do Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 28).

Contas regionais do Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 32).

Contas Regionais do Brasil 2005 - 2009 (Contas Nacionais n. 35)

Contas Regionais do Brasil 2010 (Contas Nacionais n. 38)

Contas Regionais do Brasil 2011 (Contas Nacionais n. 40)

Contas Regionais do Brasil 2012 (Contas Nacionais n. 42)

Contas Regionais do Brasil 2010-2013 (Contas Nacionais n. 47)

Contas Regionais do Brasil 2010-2014 (Contas Nacionais, n. 53).

Produto interno bruto dos municípios 1999-2002. (Contas nacionais, n. 14).

Produto interno bruto dos municípios 1999-2003. (Contas nacionais, n. 16).

Produto interno bruto dos municípios 2004. (Contas nacionais, n. 18).

Produto interno bruto dos municípios 2002-2005. (Contas nacionais, n. 22).

Produto interno bruto dos municípios 2003-2006. (Contas nacionais, n. 26).

Produto interno bruto dos municípios 2003-2007. (Contas nacionais, n. 30).

Produto interno bruto dos municípios 2004-2008. (Contas nacionais, n. 33).

Produto interno bruto dos municípios 2005-2009. (Contas nacionais, n. 36).

Produto interno bruto dos municípios 2010. (Contas nacionais, n. 39).

Produto interno bruto dos municípios 2011. (Contas nacionais, n. 41).

Produto interno bruto dos municípios 2012. (Contas nacionais, n. 43).

Produto interno bruto dos municípios 2010-2013. (Contas nacionais, n. 49).

Produto interno bruto dos municípios 2010-2014. (Contas nacionais, n. 54).

Conta - satélite de saúde: Brasil 2005-2007. (Contas nacionais, n. 29).

Conta - satélite de saúde: Brasil 2007 - 2009. (Contas nacionais, n. 37).

Conta - satélite de saúde: Brasil 2010 - 2013. (Contas nacionais, n. 48).

Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil 2010-2013. (Contas nacionais, n. 45).

Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil 2014. (Contas nacionais, n. 50).

Se o assunto é **Brasil**,  
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

**www.ibge.gov.br** 0800-721-8181

# PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS

## 2 0 1 0 - 2 0 1 4

O IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, divulga, nesta publicação, as estimativas do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios - referência 2010. Os resultados, contemplando o período de 2010 a 2014, são comparáveis entre si e estão completamente integrados às séries das Contas Nacionais e das Contas Regionais do Brasil, em conformidade, portanto, com o novo manual *System of national accounts 2008*, SNA 2008, e com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0.

São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços – bem como os impostos, líquidos de subsídios, o PIB e o PIB *per capita* no período de 2010 a 2014. Destaca-se o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, devido à relevância deste segmento na economia municipal. A análise dos resultados, ilustrada por meio de tabelas, quadros, gráficos e cartogramas, enfoca aspectos econômicos de abrangência nacional, regional e municipal.

A publicação contém apêndices com o índice de Gini por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, entre outras informações de natureza metodológica, e um glossário com os termos e conceitos considerados relevantes para a compreensão dos resultados.

O conjunto desses resultados também está disponível no portal do IBGE na Internet, incluindo o banco de dados, por município, referente aos anos de 2010 a 2014, bem como a série de 2002 a 2009. Para os anos anteriores a 2010, cabe ressaltar, realizou-se a retropolação dos dados até 2002, considerando-se a disponibilidade de informações para o período, e estimou-se uma nova série, adaptada às alterações da CNAE 2.0. No portal, podem ser obtidas informações sobre os critérios metodológicos adotados na nova série, cuja elaboração reflete o compromisso do IBGE com a sistemática de revisões periódicas de seus estudos e pesquisas, conforme preconizam as recomendações internacionais.

